

tempo e presença

Publicação de KOINONIA • N° 291 • Janeiro/fevereiro de 1997 • R\$ 3,00

BRASIL um real jogo de cena



Afinal, quando
começa o projeto?

Frango e iogurte
para as massas

Diálogo com
as culturas

Ecumenismo
na prática: CEBI
e Anil

MAIS QUE DISCURSOS

Quando nos aprofundamos na análise da conjuntura do Brasil hoje, quando ultrapassamos o nível do discurso oficial e mergulhamos na concreta e dura realidade, constatamos que há um longo caminho a percorrer na construção de um país realmente justo e democrático. Basta um olhar no bloco político do poder, no leque de forças que serve de sustentação ao atual governo para verificarmos que é constituído da mesma elite política e econômica que dominou o Brasil nas últimas décadas e que se mantém ditando os rumos do nosso destino.

Não é necessária nenhuma pesquisa acurada para verificar que as personagens poderosas, tanto no Congresso como em cargos importantes do Executivo, são as mesmas que mantiveram as estruturas atrasadas e discriminatórias que marcam nossa sociedade. Possivelmente temos um discurso novo, melhor articulado, com nuances do saber acadêmico, com um poder de sedução redobrado que nos tenta fazer acreditar que já estamos entrando numa sociedade feliz e próspera.

Não se trata de negar que o plano de estabilização econômica tem dado resultados positivos e que a redução do processo inflacionário é um dado importante na realidade brasileira. Mas é necessário muito mais. O que se está requerendo é um compromisso com um projeto político e social que não se circunscreva às diretrizes da economia mundial nem se atrele ao modelo político neoliberal como se fosse a única solução possível para o nosso país, mas que tenha a ousadia e a sensibilidade de atender aos direitos da maioria do sofrido povo brasileiro.

Ao examinarmos a constituição do bloco de elite no poder vem imediatamente a interrogação: é com essa gente, representante de tantos interesses corporativos, comprometida em manter privilégios, que sempre esteve no poder, que vamos modificar estruturalmente o País? Basta olharmos o que foi feito ano passado: praticamente não houve nenhum avanço em mudanças estruturais. O tema da reeleição, os pleitos municipais, a manutenção da base político-partidária

do governo, o jogo de troca de favores e de disputas de cargos de influência marcaram 1996. É certo que houve discursos lindos e eufóricos, desempenho brilhante nas viagens internacionais, constantes auto-elogios e inteligentes manipulações de dados estatísticos.

Mas, no fundo, o que se fez de substancial? A estrutura de posse da terra não foi alterada na profundidade necessária, apesar da forte pressão social; o monopólio e o poder dos meios de comunicação social ficaram inalterados; a força e a liberdade do capital financeiro continuaram sem restrições; as grandes empresas nacionais e internacionais encontraram campo aberto para manter sua política exploratória voltada para seus lucros e rendimentos; e assim por diante. E no reverso: o que se constata no campo da saúde com a falência do atendimento à população pobre e carente? E o aumento do desemprego, da miséria aviltante, do incremento da violência, do escândalo do trabalho infantil e das mortes dos trabalhadores rurais que clamam por um pedaço de terra para trabalhar?

As taxas de crescimento econômico alcançadas são pequenas e insuficientes para alavancar um desenvolvimento social; os recursos das privatizações, algumas discutíveis, são usados para pagar dívidas; as reservas internacionais não garantem e nem contribuem para aumentar a produção e o emprego. O desempenho do Estado continua precário e a corrupção e a impunidade são elementos constantes em nossas vidas políticas. Aliado a esse quadro observam-se certa passividade dos setores populares — com exceção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — e insensibilidade das classes médias.

Está na hora da sociedade civil clamar, competentemente, pela definição de um projeto político que venha responder concretamente aos direitos e necessidades dos milhões de brasileiros que anseiam por um Brasil mais justo. TEMPO E PRESENÇA, com este número repleto de informações, pretende colaborar para se entender melhor o Brasil hoje.



O Brasil de verdade. Três análises críticas da conjuntura brasileira, acompanhadas de farto material informativo, oferecem subsídios para se compreender o Brasil de hoje. Páginas 5 a 19

Igrejas e Mundo. Cada vez se faz sentir mais fortemente a influência dos sinais da conjuntura na reflexão pastoral. Uma análise da pastoral católica do Brasil e informações sobre a Conferência do Conselho Mundial de Igrejas, em Salvador, confirmam a importância dos sinais dos tempos. Páginas 20 a 26

América Latina em foco. As últimas eleições na Nicarágua, as tensões entre Colômbia e Estados Unidos na luta contra o tráfico de drogas e a grave situação econômica da Argentina são tratados nesta edição. Página 29

Experiências ecumênicas. Duas emblemáticas práticas de ecumenismo mostram as diversas facetas com que esse movimento vai se desenvolvendo no Brasil. O CEBI tem como referencial a leitura popular da Bíblia, e a Comunidade do Anil, a solidariedade nas situações de sofrimento. Página 33

Rubem Alves e Elsa Tamez. Interessante crônica sobre as máscaras, tomando como motivação o Carnaval, e uma reflexão inspiradora sobre o tema da Eclesiastes enriquecem esta edição. Páginas 40 e 42

SUMÁRIO

Política

- 5 QUANDO COMEÇA O PROJETO?
Emir Sader

Economia

- 10 FRANGO E IOGURTE PARA AS MASSAS
Guilherme C. Delgado

Sociedade

- 15 QUASE NADA PELO SOCIAL
Plínio Arruda Sampaio

Igreja

- 20 SINAIS MARCANTES NA PASTORAL CATÓLICA
José Oscar Beozzo

Evangelização e cultura

- 24 UMA VISÃO CATÓLICA DA CONFERÊNCIA DE SALVADOR
Eduardo Hoornaert

Mundo

- 28 FIM DA FOME: UM DESAFIO A SER VENCIDO
Mara Lúcia Martins

América Latina

- 29 O PAPEL DA RELIGIÃO NAS ELEIÇÕES DA NICARÁGU
Roberto Zub
- 31 COLÔMBIA E ESTADOS UNIDOS: TENSÕES NA GUERRA SUJA
Coletta Youngers

Ecumenismo

- 33 SOLIDARIEDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS
Jorge Atílio Silva Julianelli

- 37 ENTREVISTA COM SEBASTIÃO SALGADO GAMELEIRA SOARES: UM JEITO DE LER A BÍBLIA A PARTIR DOS POBRES

Rubem Alves

- 40 MÁSCARAS

Sabedoria

- 42 PARA SOBREVIVER EM TEMPOS DE ABSURDO
Elsa Tamez

Bíblia Hoje

- 45 ENTRE LAMA E ESPERANÇA: UMA RELEITURA DE 1 PEDRO 1.3-12
Gabriel Cornelli

Bibliografia

- 47 PARA ENTENDER O BRASIL HOJE

tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro/fevereiro de 1997
Ano 19 – nº 291

KOINONIA Presença Ecumônica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivone Gebara
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Luiz Eduardo Wanderley
Maria Luiza Rückert
Paulo Ayres Mattos
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES
Magali do Nascimento Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

REDATOR
Paulo Roberto Salles Garcia

DIGITAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA
Anita Slade, foto de J.R. Ripper/
Imagens da Terra

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITOS

Grafix

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Somente este mês estou solicitando de vocês a renovação da minha assinatura. (...) Quero renovar aqui toda minha amizade e admiração pela equipe, pelo cuidado e pelo esmero de cada publicação da revista, pela atualidade dos temas, aliado ao compromisso de libertação do nosso povo, concedendo-nos a oportunidade de uma comunicação séria, luminosa e provocativa.

O ecumenismo, com certeza, ajuda-nos a melhorar a compreensão do projeto de Deus encarnado em Jesus de Nazaré. Meu desejo é que a equipe, imbuída do espírito profético, consiga cada vez mais permanecer na firmeza de juntos descobrirmos a luz da resurreição para todos.

Lindalva de Jesus Macedo
Belo Horizonte/MG

Acabo de ler o suplemento sobre as CEBs, e escrevo para dizer a vocês que fiquei encantado com o trabalho que fizeram. Valeu! Encontrei ali um olhar que é, ao mesmo tempo, de dentro e diferente. Além da edição bem cuidada (mas a isso já estamos habituados!), o suplemento conseguiu aliar uma linguagem simples à abordagem de temas complicados — a parte final (sobre as massas) está ótima. Parabéns! Agora vou ler a revista sobre o Poder Judiciário, que também promete.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Juiz de Fora/MG

A boa notícia do Natal, neste ano passado, chegou cedo, pela TEMPO E PRESENÇA, com seu belo e profundo número sobre a Salvação no universo das culturas e religiões diferentes.

Parabéns! Sinto orgulho em colaborar com esta revista.

Obrigado pelos números a mais. Levo-os agora ao Maranhão para trabalhar no encontro sobre Ecumenismo, preparatório ao Nono Intereclesial das CEBs.

Marcelo Barros
Goiânia/GO

É com muito prazer que renewo minha assinatura anual. Trabalho com alunos de 1º grau, e vários artigos têm sido fundamentais para visualizar nossa conjuntura atual. Dentre outros, gostaria de parabenizar esta entidade pelos assuntos de 1996: *Retratos do Brasil* (jan/fev) e *Trabalho, desemprego e globalização* (jul/ago).

Precisamos acompanhar e entender a constante metamorfose dos mecanismos que nos manipulam e subordinam a seu bel prazer, a fim de organizarmos nossas estratégias, ações e sobrevivência.

Dentro desta perspectiva a revista TEMPO E PRESENÇA tem sido excelente arma intelectual.

Adroaldo José Dallabriola
Ajuricaba/RS

Parabéns pelo excelente Suplemento Especial de TEMPO E PRESENÇA sobre as CEBs (subsídio dos evangélicos ao Nono Intereclesial). É a ação do Espírito, teimando em nos unir.

Peço que enviem dez exemplares. Que o Espírito continue abençoando o trabalho de vocês.

Darcy Corazza
São Paulo/SP

Sempre gostamos muito de receber TEMPO E PRESENÇA. No número 290 (nov/dez 1996), na página 13, há uma informação sobre a Associação de Juízes para a Democracia. Nós temos grande interesse de fazer contato com eles. É possível receber o endereço dessa Associação?

Juan Cavez
Buenos Aires/Argentina

Durante alguns anos fui assinante de TEMPO E PRESENÇA, a qual foi muito útil no trabalho do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), como também dos acompanhantes e até mesmo dos estudantes, como fonte de pesquisa. Quero aqui pedir perdão pela demora em renovar nossa assinatura.

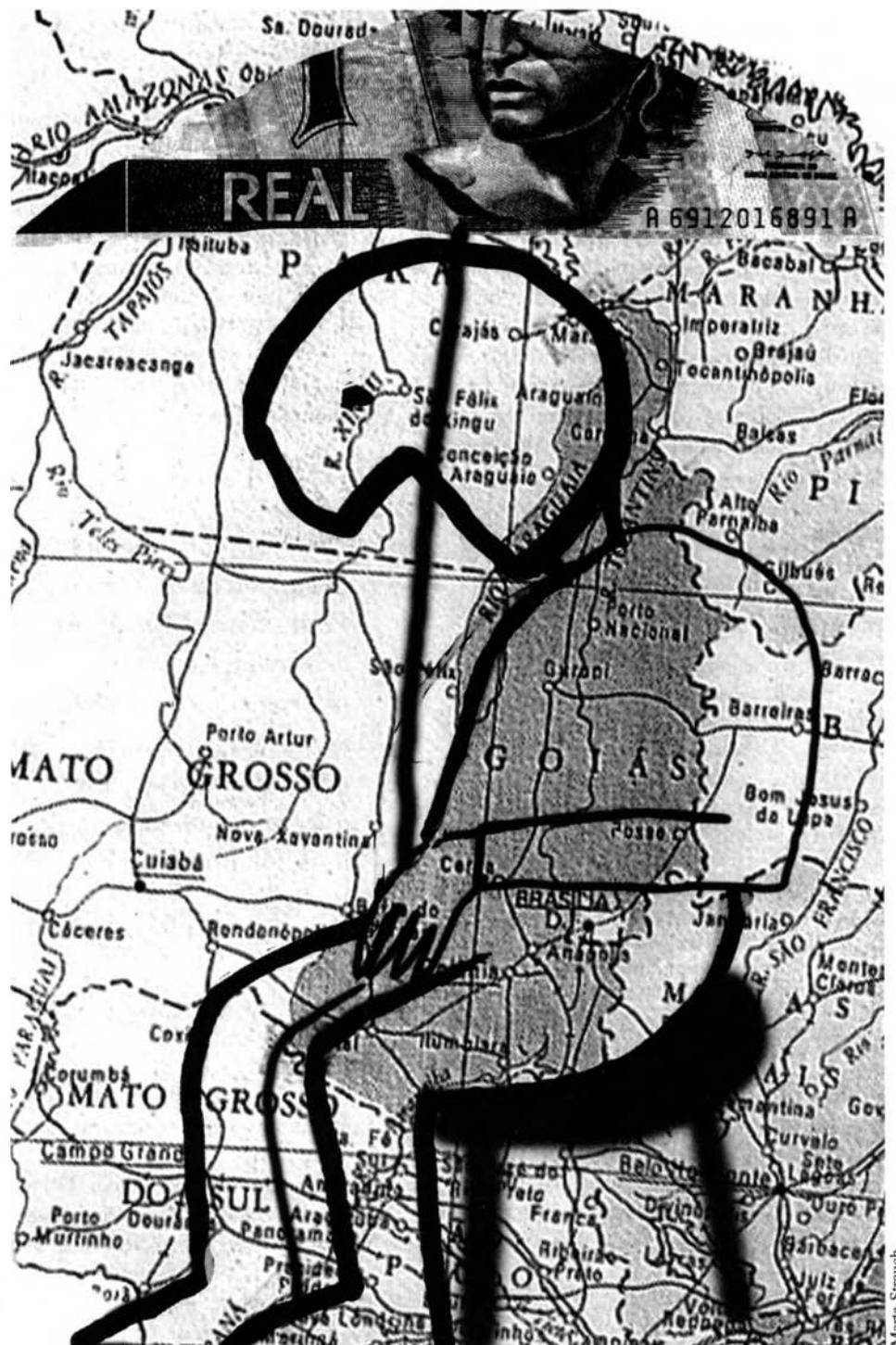
Maria da Penha Vieira
João Pessoa/PB

Segue em anexo cheque para pagamento da remessa de sete exemplares do número 290 de TEMPO E PRESENÇA sobre o Poder Judiciário.

José Maria Quadros de Alencar
Juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho Belém/PA

QUANDO COMEÇA O PROJETO?

Emir Sader



Já cruzada mais de metade da década de 1990, como podemos apreciá-la? E, dentro dela, o que significou o ano de 1996? O autor faz uma interessante análise crítica do ano, apresentando uma retrospectiva da última década e da atual nos campos político, econômico e social

Adécada de 1980 foi caracterizada como “década perdida”, pela regressão econômica para todo o hemisfério sul, sob o peso da hipoteca da dívida externa. O Brasil conseguiu, na saída da ditadura militar, avançar na construção de movimentos sociais, condicionar a nova legalidade e assim diminuir os dados econômicos com conquistas sociais e políticas. De qualquer forma, o País chegou aos trancos e barrancos ao final da década, com crise de representação dos partidos e do próprio sistema político que se começava apenas a construir, com uma crise social e ideológica agudizadas.

O governo Collor aparece hoje apenas como um interregno, a primeira tentativa — frustrada — de colocar em prática um programa de modernização de corte neoliberal, centrado num forte ajuste fiscal, numa acelerada desregulamentação econô-

mica e numa rápida abertura do mercado interno.

A década está caracterizada pelo que aconteceu depois, a partir da nomeação de Fernando Henrique Cardoso, em novembro de 1993, para a direção da política econômica do governo de Itamar Franco. Ali se iniciou o terceiro grande momento de inflexão histórica da sociedade brasileira neste século — os primeiros foram a "Revolução de 1930" e o golpe de 1964.

MUDA TUDO PARA MUDAR NADA

O ano de 1994 foi o da virada na correlação de forças e do início da constituição de um renovado bloco no poder, apoiado no programa de estabilização monetária da nova equipe econômica. Trata-se de mais um pacto de elite no País. Estes pactos sempre partiram de problemas reais e lhes deram soluções *gattopardistas*, aquelas em que o velho bloco de forças no poder se renova em sua linguagem e métodos de ação, dando respostas que, fazendo concessões — "É preciso que tudo mude..." —, reforça as condições de exercício do poder, perpetuando a velha elite — "... para que tudo siga igual".

Assim ocorreu com a independência do Brasil, em que houve a proclamação da independência. A elite pôde reivindicar para si mesma a realização dessa aspiração nacional, porém o fez castrando-lhe seu conteúdo popular e até mesmo nacional, ao instaurar a monarquia e não a república. Entre outras consequências tivemos a falta de um balanço do período colonial como uma invasão e saqueio externo e a continuidade da escravidão até quase o final do século.

Com a "Revolução de 30" aconteceu algo similar: golpeada pela crise de 1929, tornando-se insuportável a manutenção da hegemonia da oligarquia comercial-exportadora, a elite dominante se reciclagem sob a significativa inspiração do "façamos a revolução antes que o povo a faça" — organizou um novo bloco no poder, em

que a hegemonia tendencial da burguesia industrial não implicava em ruptura com a oligarquia do café. Quem pagou o preço mais caro daquele novo pacto de elite foram os trabalhadores do campo, privados do direito de cidadania, concedido a segmentos dos trabalhadores urbanos.

Na saída da ditadura militar, outro pacto de elite foi firmado. "Livrou" o País da ditadura, às custas, porém, de um acordo político que impediu que a reforma política fosse estendida ao plano social. Como consequência, tivemos uma transição conservadora, em que mudou a forma de exercício do poder do mesmo bloco de forças. Não se alteraram a estrutura de posse da terra, o monopólio dos meios de comunicação, o poder do capital financeiro, o dos monopólios nacionais e estrangeiros. As mesmas forças econômicas que se haviam beneficiado da ditadura militar seguiram hegemônicas.

O problema da inflação foi abordado de maneira similar aos da independência política, da superação do modelo primário-exportador e da transição da ditadura à democracia. Sua solução não penalizou os que a produziram. Ao contrário, encontrou uma solução aparentemente técnica, em que o mesmo bloco no poder se reforça.

À SOMBRA DO PLANO REAL

O ano de 1994 foi o de lançamento do plano de estabilização monetária que, atrelado às eleições presidenciais, representou o ano da virada para a renovação do bloco no poder — renovação de discurso, de programa, de alianças, com a cooptação dos tucanos. O de 1995 foi o da lua-de-mel, com os subprodutos redistributivos da estabilidade monetária esquentando a economia, até que o governo, teme-

ANO PERDIDO

1996 foi um ano para ser apagado na história do Poder Legislativo. Poucos projetos de lei de autoria parlamentar foram votados nos plenários das duas Casas Legislativas. Igualmente, poucas propostas significativas para a sociedade brasileira foram apreciadas pela Câmara ou pelo Senado. O Congresso Nacional, praticamente, só se reuniu para verificar que não tinha quórum para deliberações. Enquanto isso, o Poder Executivo legislava por meio de edições e reedições de Medidas Provisórias (MPs). Somente no último sábado de novembro o presidente Fernando Henrique editou e/ou reeditou 23 MPs. Em nome das eleições municipais, o Poder Legislativo trabalhou em marcha reduzida.

Fonte: Encarte Informativo Inesc, nov/dez-96, Ano X nº 71.

1996 foi o ano da inércia. O País viveu do tranco do Plano Real. O governo não avançou nas reformas que se propôs — nem a previdenciária, nem a tributária, nem a administrativa, nem a política ou outra qualquer.

roso de colocar em risco os termos frágeis da estabilidade, induziu uma forte recessão, elevando ainda mais as taxas de juros, dificultando o crédito, impondo arrocho ao funcionalismo público.

1996 foi o ano da inércia. O País viveu do tranco do Plano Real. O governo não avançou nas reformas que se propôs — nem a previdenciária, nem a tributária, nem a administrativa, nem a política ou outra qualquer.

O processo de privatizações igualmente avançou quase nada.

Tudo isso só pode ser explicado à luz do amadurecimento do projeto da reeleição e da subordinação de todas as outras ações do governo a esse projeto. Assim, depois da introdução do Plano, 1996 foi o primeiro ano típico de funcionamento da economia sob o efeito da estabilidade monetária. O resultado é a armadilha entre inflação baixa e crescimento baixo, porque o segredo daquela está nos juros "estatosféricos" — nas palavras do próprio presidente da República —, para atrair capitais externos e assim manter o dólar baixo, pela quantidade de moeda estrangeira disponível.

CRESCIMENTO PEQUENO E DÉFICIT GRANDE

O governo havia previsto um crescimento de 5% — uma taxa já baixa pelas necessidades e pelo potencial do País — mas o resultado final foi próximo da metade desse índice. Se a inflação ficou na casa dos 10%, como contrapartida o déficit público — devido às altas taxas de juros — se multiplicou por três desde o início da aplicação do Plano. A balança comercial, por sua vez, dada a renúncia do Estado brasileiro a ter uma política industrial, aliada à supervalorização do real, apresentou um déficit recorde de 5,5 bilhões de dólares.

Se o governo pode contar com 60 bilhões de dólares de reservas, essa quantidade fica imobilizada, devido à insegurança em relação ao comportamento do capital que ingressa no País, em grande parte de caráter especulativo. Além disso, essas reservas são necessárias devido aos compromissos externos a pagar, especialmente pesados em 1997.

Nesse marco, o governo pôde manter um prestígio alto devido ao peso que a estabilidade monetária tem na percepção da população e ao resto dos efeitos redistributivos para setores de baixa renda que o controle inflacionário propiciou. No entanto, nas eleições municipais esse prestígio não se

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi o grande protagonista, pelo lado do movimento popular, das lutas concretas com sucesso pela resolução dos problemas da população

transferiu para os candidatos do governo, particularmente do PSDB, que conseguiu conquistar prefeituras de capitais apenas em Vitória, Teresina e Cuiabá.

Foi a direita tradicional renovada — com Maluf à cabeça — e o PFL, pelo lado conservador, quem logrou capitalizar eleitoralmente, e pela esquerda, o PT e o PSB, este com resultados ambíguos, dado que 75% das prefeituras conquistadas por esse partido se deram graças a uma pouco clara política de alianças de Miguel Arraes em Pernambuco.

A crise social, por sua vez, não se refletiu em protestos mais consistentes, pela própria dificuldade dos sindicatos em reagirem diante de uma taxa de desemprego de mais de 15% em São Paulo (segundo o Dieese) e uma expulsão sistemática de força de trabalho para a economia informal, com tudo o que ela representa de instabilidade, heterogeneidade e falta de organização.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi o grande protagonista, pelo lado do movimento popular, das lutas concretas com sucesso pela resolução dos problemas da população. Sua constante capacidade de iniciativa, a simpatia da população, a viabilidade econômica que conseguiu e o apoio tanto dos trabalhadores rurais como das municipalidades onde atua, permitiram que o MST se constituísse na força social mais dinâmica e agressiva, a única que conseguiu

colocar em xeque o governo. Este, ao atuar somente quando os conflitos sociais chegaram a um alto grau de tensão, fica em situação difícil diante do discurso que demonstra como a democratização do acesso à terra é um elemento indispensável em um modelo de reprodução social alternativo, de caráter democrático e popular.

Por outro lado, finalmente, a oposição política demonstrou toda sua debilidade, incapaz de formular um projeto alternativo, de mobilizar setores significativos da população e de funcionar como catalisador do crescente descontentamento social. O PT, como partido mais importante da esquerda, recolheu resultados favoráveis, porém desiguais, com um descenso em São Paulo, onde se revela o esgotamento de seus quadros dirigentes originários dessa região. Em contraposição observa-se a ascensão sólida do PT gaúcho, que revela capacidade de governo, pluralismo e produção de dirigentes, como Olívio Dutra e Tarso Genro, que funcionam como alternativas para a crise nacional do partido.

Nesse sentido, o ano de 1997 deve repetir algo muito parecido com o ano passado, do ponto de vista do desempenho econômico, entre o *stop and go* da economia, acrescido dos compromissos da reeleição, da luta por e contra a privatização da Vale do Rio Doce e a necessidade de urgentes ajustes econômicos, pressionados pelo calendário das eleições presidenciais de 1998. O horizonte é o de uma estagnação prolongada — crescimento de 2,5 a 3% — ou de uma crise do modelo, pressionado por alguma conjuntura externa desfavorável.

Emir Sader é professor de Sociologia da USP e da Uerj e autor de *O anjo torto, Esquerda (e direita) no Brasil*, Editora Brasiliense e *A transição no Brasil — Da ditadura à democracia?*, Editora Atual.

DESEMPREGO EM SÃO PAULO É O MAIOR DOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

A taxa média de desemprego na Grande São Paulo em 96 deve ficar próxima a 14,8%, atrás apenas do recorde de 1992, quando atingiu 15,2%. Em 1995, o desemprego atingiu, em média, 13,2% da População Economicamente Ativa (PEA). A previsão é do economista Pedro Paulo Martoni Branco, diretor-executivo da Fundação Seade, responsável junto com o Dieese pela Pesquisa de Emprego e Desemprego. A estimativa já considera a tendência de abertura de vagas no fim do ano, por causa das vendas de Natal.

A taxa de desemprego caiu de 14,8%, em outubro, para 14,5% em novembro, o que corresponde a 1,240 milhão de pessoas excluídas do mercado de trabalho. Isso porque 24 mil pessoas conseguiram emprego graças às vagas abertas pelos lojistas para atender ao aumento das vendas de fim de ano. O comércio foi responsável pela criação de 34 mil postos de trabalho, e a área de serviços, por 5 mil. A indústria demitiu 9 mil trabalhadores e outros setores, como construção civil e serviços domésticos, demitiram 6 mil.

Fonte: O Globo, 19/12/96.

DISCURSO OFICIAL

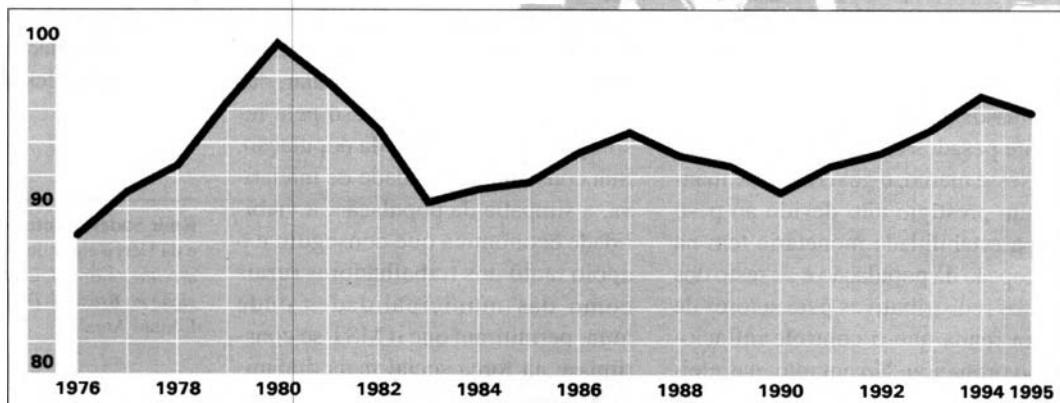
"Governar não é apenas estabilizar a economia. Uma moeda forte não é um fim em si mesmo. Governar é, antes de mais nada, promover a justiça, a igualdade de oportunidades, a distribuição de renda, a geração de emprego, melhorar a qualidade de vida e garantir felicidade. "O Brasil do abandono, do atraso, da desesperança e da necessidade já pode sonhar com um Brasil de justiça, de progresso, de solidariedade. "Nestes dois anos, tivemos avanços reais — insuficientes, mas reais — e que alimentam a nossa confiança nas mudanças. (...) "Meu compromisso de governo é — para usar a expressão da filosofia da Grécia Antiga — com a construção da felicidade do povo brasileiro. Esse sonho está em nossas mãos. Vamos construí-lo juntos. Nossos filhos merecem isso."

Fonte: Trechos do artigo de Fernando Henrique Cardoso, "Uma revolução silenciosa". Folha de São Paulo, 29/12/96.

RENDAS PER CAPITA

Depois de crescer de forma sustentada durante trinta anos, a renda per capita na América Latina despencou nos anos 80. Em 1990, ela situava-se nos níveis de meados dos anos 70 e, em 1995, ainda não havia recuperado o nível de 1980.

Fonte: CEPAL.



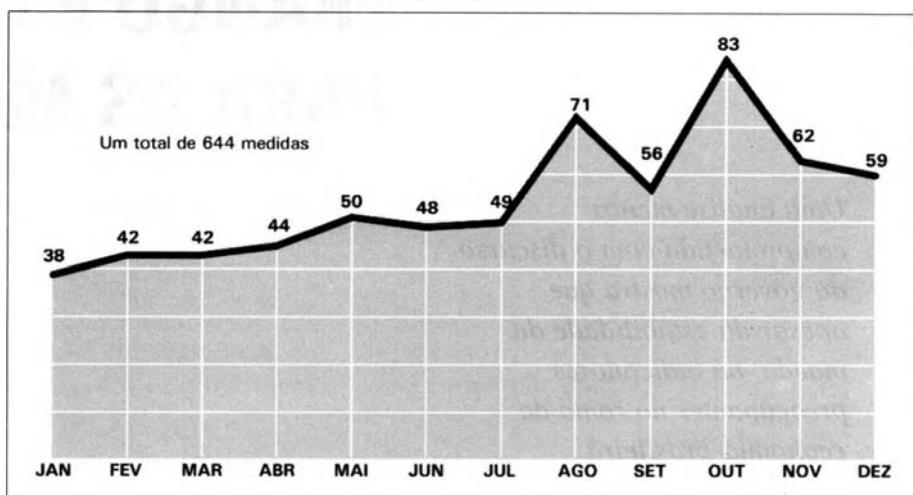
RECORDE DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDAS PROVISÓRIAS, UM RECURSO QUE VIROU ROTINA

O mesmo governo que derrubou a inflação, voltando ao patamar de um dígito, como na década de 1950, também usou e abusou das Medidas Provisórias. Principalmente na área econômica. Um total de 644 em 1996, recorde desde a criação das MPs, em 1988 e, bem acima do número de 1995, quando somaram 438.

"Decisões corriqueiras foram encaminhadas dessa forma autoritária. O pior é que se espera um novo recorde este ano, com o governo e o Congresso dedicados à trajetória de campanha", prevê Jorge Vianna Monteiro, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), autor do levantamento.

Fonte: Jornal do Brasil, 3/2/97.



liação feita pela Comissão Pastoral da Terra mostra que depois do massacre de Eldorado dos Carajás, o governo se empenhou em fazer um jogo de cena, tendo o ministro Raul Jungmann como seu garoto-propaganda. De um lado mantém o marketing governamental com idéias como "Conselho Terra e Paz", aumento do ITR, municipalização da reforma agrária e "Cédula da Terra", que não resolvem o problema central; de outro tenta isolar e criminalizar o Movimento Sem Terra — na verdade, a única oposição real que o governo teve no ano passado.

Jogar com números de assentamento também faz parte da estratégia. A meta de 40 mil famílias assentadas no primeiro ano de governo, segundo o Incra, foi cumprida apenas em relatórios, incluindo assentamentos de governos passados e apenas regularizados. Até 14 de novembro o número de famílias assentadas em projetos criados em 96 era, segundo o próprio órgão, de 28.228 famílias, dos quais 63% do norte e centro-oeste e Maranhão, em projetos não de reforma agrária, mas de colonização, em áreas virgens, os quais não interferiram na estrutura fundiária concentrada.

A agricultura está sendo tratada da mesma forma. Os juros altos, o congelamento do câmbio e produtos agrícolas geraram endividamento no setor e diminuíram a área plantada. Em

95, os preços caíram 20% e o setor perdeu renda em torno de R\$ 10 bilhões. O governo gastou só em 96 R\$ 3,6 bilhões na importação de alimentos.

A violência no campo foi uma marca dos anos passados — em julho, os números já ultrapassavam os de 95. Ano passado foram assassinados 49 trabalhadores rurais. Os conflitos de terra cresceram e as ocupações também. Juntando dados do MST, contas e outros grupos menores como o Movimento Camponês Corumbiara (MCC) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT), houve no Brasil aproximadamente 270 ocupações, envolvendo 65.450 famílias.

As perspectivas para este ano mostram um endurecimento ainda maior do governo contra o MST. Por outro lado, as manifestações e mobilizações em torno da questão da terra já começaram e com muita força. A Marcha dos Sem-Terra, o Grito da Terra, a Campanha Nacional Contra a Violência — que será realizada pelo Fórum Contra a Violência no Campo —, manifestações dos atingidos por barragens, seringueiros e o próprio "Grito dos Excluídos", fazem parte de um calendário de lutas que se estenderão por todo o ano.

MIGALHAS EM VEZ DE MEDIDAS

"São necessários programas específicos de incorporação dos excluídos: a reforma agrária, programa de assistência às pequenas empresas, à agricultura familiar, por exemplo". Esta declaração feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso à "Folha de São Paulo" (13/10/96) mostra exatamente o que o governo pensa sobre a reforma agrária, os sem-terra e pequenos agricultores: excluídos para os quais são reservadas migalhas, uma política compensatória para que não morram de fome.

Foi nesta perspectiva que se tratou a questão da terra em 1996. Uma ava-

Fonte: Assessoria de Comunicação da Comissão Pastoral da Terra Nacional (Malu Maranhão).

FRANGO E IOGURTE PARA AS MASSAS

Uma análise menos comprometida com o discurso do governo mostra que, apesar da estabilidade da moeda, há indicadores preocupantes no ramo da economia brasileira

Guilherme C. Delgado

Os indicadores mais gerais de desempenho da economia brasileira em 1996 registram baixo crescimento — cerca de 3,5% —, baixa inflação (ao redor de 10%), acompanhados de uma aceleração do déficit em conta corrente com o exterior e do déficit consolidado do setor público. O primeiro, segundo dados oficiais do Banco Central, atingiu 24,3 bilhões de dólares (cerca de 3,27% do PIB), enquanto o segundo, de acordo com estimativas do Banco Mundial (Guilherme Perry — economista-chefe da América Latina e Caribe), atingiria em 1996 4,5% do Produto Interno Bruto. O aumento do desemprego e da informalização no mercado de trabalho acompanhou esses indicadores, tornando o nosso índice oficial de desemprego do IBGE (ao redor de 5,5%) menos rigoroso e geral como medida de desocupação no mundo do trabalho.

ESTABILIDADE E ESTAGNAÇÃO

Estes números sinalizam para o País uma economia monetariamente estável, não desequilibrada interna e externamente, e ainda relativamente estagnada com relação às possibilidades de desenvolvimento imediato. A bem da verdade, os atuais focos de

desequilíbrio nas finanças públicas e nas contas externas são irmãos siameses da estabilidade monetária e respiram o oxigênio limitado da abundante liquidez internacional. Esta é ao mesmo tempo a âncora e a pedra de tropeço da política econômica oficial, cuja máxima está hoje estruturada nas determinações político-eleitorais da reeleição, sob o lema implícito de “pão e circo”.

O passivo externo do País, somados os seus déficits em conta corrente de 1995 (18 bilhões), de 1996 (24,3 bilhões) e o projetado déficit de 1997 (entre 26 e 29 bilhões de dólares), eleva em quase 70 bilhões de dólares os montantes da dívida e de outros ativos externos, credores de juros ou de remessa de lucros no futuro, sem que no presente o País revele expansão real dos investimentos na economia. Face a esta situação, o governo acena com a aceleração das privatizações, que segundo as contas otimistas (ou pessimistas para o patrimônio público) gerariam, conforme estima Edmar Bacha, cerca de 40 bilhões de dólares nos próximos cinco anos.

INSOLVÊNCIA

Observe-se que o alto déficit em conta corrente não é circunstancial mas

depende fortemente da política cambial corrente e do estoque da dívida externa acumulada que o País carrega. Sua manutenção na forma em que está estruturada desde o início do Plano Real condene o Brasil a uma virtual insolvência externa, ainda mais se estendida até a reeleição. E ao contrário do que propala a propaganda, é a manutenção dessa regra e não a sua alteração o risco maior que o País atravessa no atual governo.

No âmbito das finanças públicas o desequilíbrio é ainda maior, embora menos transparente. A contabilidade pública do Tesouro e do Banco Central somente de forma indireta permite registrar o verdadeiro estouro financeiro, materializado em quebra-dela bancária (onde o Proer contempla apenas uma parte). O aumento da dívida pública federal com socorro financeiro a bancos estatais privados e o próprio rescalonamento das dívidas de estados e municípios são certamente a fonte preponderante de elevação da dívida pública. Já o déficit público corrente (Tesouro e Banco Central) registra aumento de 111%, não obstante ter havido queda nas “despesas de pessoal e encargos”, eterno vilão da mídia.

PIB CRESCEU 2,9% NO ANO PASSADO

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9% no ano passado. A taxa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficou abaixo da previsão inicial do instituto, de 3,1%, devido ao baixo desempenho da indústria de transformação (0,82%).

Isso significa que a soma de todos os bens e serviços produzidos no país foi de R\$ 752 bilhões. Se essa riqueza fosse dividida igualmente por todos os brasileiros, a chamada renda *per capita*, cada um ganharia R\$ 4.764 ao ano ou R\$ 397 por mês.

Os valores foram calculados informalmente por técnicos do IBGE, tomando como base o PIB de 1995, de R\$ 658 bilhões, corrigido pela inflação média do ano (de 11,09%), segundo o Índice Geral de Preços (IGP). A renda *per capita* em 1995 foi de R\$ 4.224.

O crescimento é modesto se comparado aos 7,5% de 1987 ou mesmo aos 6% de 1994 e os 4,2% de 1995. Mas é a primeira vez, desde 1987, que o país eleva o seu PIB por quatro anos consecutivos.

Nos últimos 10 anos, o PIB acumula um crescimento de 20,5%, cerca de 1,9% ao ano. Na década de 90, o crescimento acumulado foi de 12,8%, o que dá uma média anual de 1,7%.

Fonte: Jornal do Brasil, 7/3/97.



Aumento da desigualdade social no Brasil

Samuel Tosta/ Imagens da Terra

DESNACIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DESESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

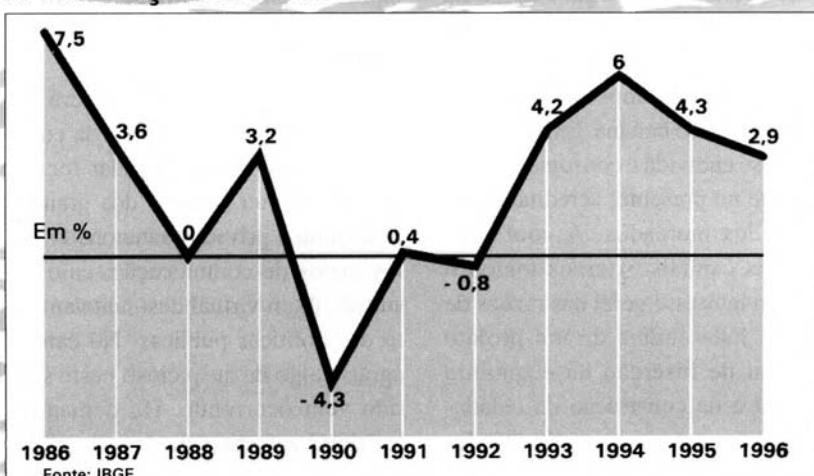
Segue em frente sob aplauso geral da mídia o programa de privatização das redes de serviço público — sistema elétrico, de telecomunicações, rodoviário-ferroviário — sem qualquer plano de regulamentação prévia para salvaguarda do interesse público e para gestão e reestruturação desses sistemas de monopólios “naturais”. O processo acelerado de privatização da Vale do Rio Doce, de tão suspeito em seus ritmos, prazos e objetivos, chegou a merecer matéria editorial, em princípio de janeiro, do insuspeito “O

Estado de São Paulo”, que estranhou o desinteresse com que a União trata as imensas novas jazidas de ouro, cobre e platina detectadas pela Vale e não incluídas no seu valor patrimonial.

Dom Luciano Mendes de Almeida, em importante depoimento prestado na Câmara dos Deputados em 17/12/96 (audiência pública promovida pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz), coloca questionamentos cruciais sobre a “Ética de Privatização da Vale do Rio Doce”, cujos fundamentais são válidos também para outros processos de privatização em curso:

- 1) Os números de avaliação do patrimônio público.

A EVOLUÇÃO DO PIB



O alto déficit em conta corrente não é circunstancial mas depende fortemente da política cambial corrente e do estoque da dívida externa acumulada que o País carrega

2) A necessidade de transparência nos processos de privatização.

3) O direito à informação e a própria liberdade de imprensa comprometidos no jogo de poder dos meios de comunicação.

O sistema de telecomunicação estatal, altamente lucrativo, ainda mais com a elevação das tarifas dos telefones celulares, condição preliminar às privatizações, está hoje altamente capitalizado, mas impedido pelo governo de investir, até que se desencadeiem os editais de venda.

Todo esse processo de desestruturação dos sistemas de serviços públicos e empresas estatais globais é parte de uma estratégia externa de dominação global dos mercados, na qual o Brasil entrega graciosamente os seus trunfos competitivos estratégicos a preço de banana. Em troca disso tudo se endivida e consome sumptuariamente no presente, acreditando na lógica dos mercados. A confiança cega nos capitais externos tomou o lugar do interesse geral nas razões de Estado. Este abdica de um projeto nacional de inserção na economia mundial e de construção da cidadania para a imensa maioria da população.

PERSPECTIVAS PARA 1997

A acumulação dos desequilíbrios em conta corrente com o exterior e a elevação do déficit público consolidado significam para a atual política econômica sinais de contenção ao crescimento econômico em 1997. Passada a batalha da reeleição, correções teriam que ser feitas na política cambial e no âmbito fiscal, visto que todos reconhecem a extrema limitação da atual política monetária em restringir ainda mais a demanda interna pelos juros elevados. Mas a racionalidade de qualquer política macroeconômica que esteja subordinada aos ditames da reeleição, das privatizações a qualquer custo e do "pão e circo" para as massas, escapa de qualquer prognóstico racional. O constrangimento externo contudo pode impor uma idéia de estoques.

O dilema do crescimento necessário e do investimento interno e externo que os conduza não está equacionado. Pois se há muitos tesouros acumulados nas reservas internacionais do País e muita voracidade externa no campo das privatizações, estes capitais não contribuem para aumentar a produção e o emprego. Somente a falácia oficial é que denomina tais recursos como se investimento direto fossem. Na verdade são reservas financeiras em busca de valorização rápida ao abrigo da dívida pública.

PRESSÃO SOCIAL

Contudo o ano de 1997 poderá ser melhor que 1996 se o nível da consciência e da pressão popular for capaz de reverter o pacto dos grandes monopólios privados sancionado pelos meios de comunicação, cujo resultado é um virtual desmantelamento das políticas públicas. No campo agrário algo de auspicioso neste sentido vem ocorrendo. Há demandas legítimas e formas de pressão eficazes contra o latifúndio e o desempre-

go, sobre as quais os sistemas político-jurídicos do País não têm sido capazes de responder. Vozes cada vez mais freqüentes do sistema de poder invocam a violência privada ou policial como resposta às "invasões", eludindo o compromisso constitucional e ético com a função social da propriedade fundiária.

Por outro lado, o processo de abertura comercial e a estabilização monetária em curso carregam no seu bojo sementes contraditórias no campo das políticas agrícola e agrária, abrindo oportunidades históricas de transformação nas relações sociais. Os efeitos combinados (mas não planejados) da sobrevalorização cambial, dos juros elevadíssimos e da abertura comercial promovem uma desvalorização inusitada do preço das terras, algo que concorre favoravelmente à luta dos trabalhadores sem terra.

E mesmo a reversão das políticas conjunturais dificilmente levaria à revalorização plena dos imóveis rurais, cuja queda real nos últimos 24 meses em todo o País ascende a mais de 50%.

Em recente entrevista a revista de circulação nacional, Celso Furtado interpreta a luta dos sem-terra contra o latifúndio e o desemprego como o maior movimento social do século XX. Mas atenta para a necessidade paralela de enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos promovendo uma profunda reforma fiscal, condição indispensável ao crescimento e à estabilidade.

Guilherme C. Delgado é economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília.

REAL JÁ ELIMINOU 755 MIL EMPREGOS

O Brasil já perdeu 755.379 empregos formais desde a implantação do Plano Real, em 1º de julho de 94, segundo dados do Ministério do Trabalho. Nos anos 90, o número de vagas de trabalho suprimidas é ainda maior: 2.438.163. Não se trata de levantamento estatístico. Os dados se referem a informações prestadas por 82% das empresas formalmente constituídas no País.

Com o reaquecimento da economia, o governo tinha esperança de que a tendência de corte de empregos formais (quando a carteira de trabalho é assinada) fosse interrompida em 96. Na metade do ano passado, houve até comemoração. Em julho, apesar de haver muitos cortes em regiões metropolitanas, havia saldo positivo de 79.928 empregos formais criados em todo o País. Só que essa recuperação foi completamente enterrada com a tradicional queda de empregos de final de ano.

Fonte: Folha de São Paulo, 28/2/97.

TAXAS ANUAIS DO CRESCIMENTO DO PIB (1950–1995)

As taxas de crescimento na América Latina oscilaram durante 30 anos em torno de 5,5%, caíram vertiginosamente nos anos 80 e se recuperaram nos 90, ainda que a um nível bem inferior ao do período 1950–1980.

Fonte: CEPAL

DÉFICIT COMERCIAL PASSA DE US\$ 5,5 BI

O déficit da balança comercial foi de US\$ 5,541 bilhões no ano passado, resultado que superou as expectativas mais pessimistas de dentro e fora do governo. Em dezembro, o déficit também foi recorde — US\$ 1.787 bilhão —, produto de importações de US\$ 5,576 bilhões contra exportações de apenas US\$ 3,789 bilhões.

A avalanche de importações no mês passado — fato totalmente fora da rotina — surpreendeu a área econômica, que ainda não tem explicações para o aumento sistemático das compras externas de máquinas, aparelhos e material elétrico, mesmo em um mês (dezembro) em que o movimento de comércio exterior é normalmente fraco. As importações de petróleo, de cerca de US\$ 700 milhões em dezembro último, foram outra fonte de pressão do déficit comercial.

Esses dados mostram que as importações encerraram o ano de 1996 em US\$ 53,287 bilhões, com aumento de 7,3% sobre o ano de 1995, revelando um vigor inesperado. Isso porque alguns dos principais itens da pauta de importação, como automóveis, brinquedos e têxteis, já estavam sob restrição. As exportações totais, de US\$ 47,746 bilhões, andaram em marcha lenta, apresentando crescimento de apenas 2,6% sobre o ano de 1995.

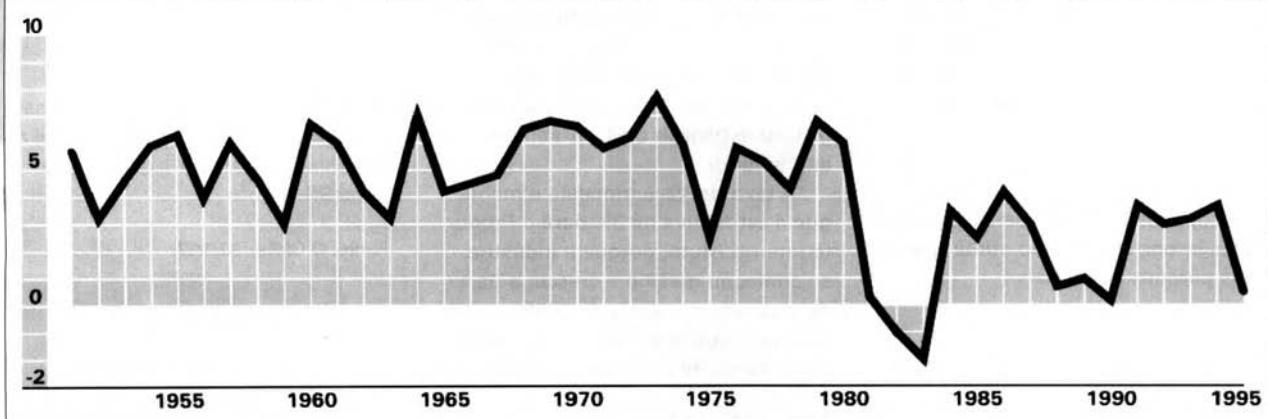
Fonte: Jornal do Brasil, 18/1/97.

DÉFICIT PÚBLICO SUPERA PREVISÕES E CHEGA A 4,4% DO PIB

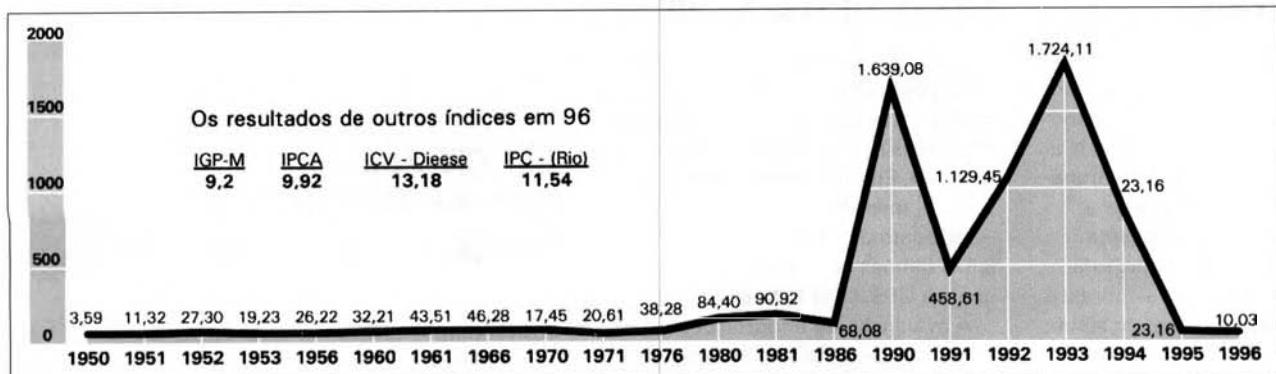
A dívida mobiliária (em títulos) do governo federal cresceu 62,15%, passando de R\$ 108,6 bilhões para R\$ 176,1 bilhões em dezembro do ano passado, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC). Em apenas um ano, a dívida mobiliária cresceu 14 vezes o que o governo pretende arrecadar este ano com a cobrança de mais um imposto, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como o imposto sobre cheques. O BC informou também que o déficit consolidado do setor público (União, estados, municípios e estatais), que até novembro chegou a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), deve ter fechado o ano passado em torno de 4,4% do PIB, contra os 2,5% previstos pelos economistas do governo.

Desde julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real, a dívida em títulos federais praticamente triplicou. Naquele mês, estava em R\$ 59,5 bilhões.

Fonte: Jornal do Brasil, 28/1/97.



O COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO



Fonte: Fipe/ Andima

POR QUE O DESEMPREGO ASSUSTA

O temor dos assalariados não é por acaso. De 1990 até 1996, a indústria viu seus empregos encolherem perto de 35%. E, ao mesmo tempo, a mão-de-obra informal, que já vinha crescendo ano a ano, alcançou a faixa dos 57%. Traduzindo em números: das 74,1 milhões de pessoas que fazem parte da chamada População Economicamente Ativa do País (PEA), 69,6 milhões estão ocupadas em alguma atividade. Desde total, apenas 43% têm vínculo formal.

Essas mudanças aceleradas da economia provocam um fenômeno curioso. As empresas que estão sujeitas à concorrência internacional e, portanto, são obrigadas a aumentar a eficiência, vêm registrando índices de produtividade elevados. Por isso, fica mais difícil conseguir uma vaga. E os trabalhadores que foram expulsos do mercado formal acabam, em muitos casos, obtendo um emprego de baixa qualidade — salário menor e produtividade reduzida. Isso porque ficam ausentes das inovações tecnológicas que as grandes empresas, preocupadas com a presença de produtos importados, estão adotando em seus parques industriais.

Essa equação, antes desconhecida dos brasileiros, tem outros ingredientes que só complicam o quadro a médio prazo. A taxa de escolaridade no País é baixíssima, se comparada a padrões internacionais. No Brasil, de cada 100 alunos que entram na primeira série, menos de 50 completam o 1º grau e só 28 completam o 2º grau.

Fonte: "Por que o desemprego assusta". Coriolano Gatto e Carlos Franco. Jornal do Brasil, 2/2/97.

CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA EM 1996 FOI DE APENAS 1%

Depois de um desempenho ruim no primeiro semestre, a produção industrial brasileira fechou o ano de 1996 com crescimento modesto. A estimativa dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de que o crescimento tenha sido de apenas 1%. Em 1995, a indústria registrou expansão de 1,7% sobre o ano anterior.

"A taxa de 1% é modesta e menor que a estimativa de 3% para o Produto Interno Bruto, porque a indústria só começou mesmo a crescer a partir do segundo semestre de 1996", explicou o economista Sílvio Sales, do Departamento de Indústria do IBGE.

Fonte: Jornal do Brasil, 3/1/97.

ECONOMIA DO PAÍS CRESCE, MAS NÃO A PASSO DE TIGRE

O Brasil fechará 97 com o sétimo maior PIB do planeta, mas está longe de registrar expansão como a dos gigantes asiáticos. A indústria brasileira cresceu 2% em novembro, mais do que o acumulado em todo o ano de 1996, segundo dados de Claudio Considera, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Se este ritmo fosse mantido em 1997, resultaria numa taxa explosiva no ano de 26,82% e num Produto Interno Bruto (PIB) mais de 10% superior ao de 96, o que colocaria o Brasil ao lado dos chamados tigres asiáticos. Situação improvável, porque os economistas já avisaram que esses números vão cair, e a economia deverá ter expansão de 4% a 5%.

Fonte: O Globo, 12/1/97.

QUASE NADA PELO SOCIAL

Plínio Arruda Sampaio

Ao se fazer uma breve retrospectiva de fatos ocorridos no ano passado, nota-se que em termos sociais 1996 foi altamente desfavorável à população brasileira, especialmente os mais pobres. O autor aponta que o desemprego, a deterioração cada vez maior dos serviços públicos e o fraco desempenho das instituições do Estado foram os principais responsáveis pelo quadro atual

O impacto mais forte sofrido pela população brasileira em 1996 foi sem dúvida o desemprego. Resultado direto das políticas neoliberais do governo, castigou duramente todas as camadas sociais, mas especialmente os operários e a massa subempregada. A reação da sociedade a esse flagelo foi mais de temor e acomodação do que de mobilização e luta. De maneira geral, os setores atingidos pelas demissões preferiram negociar acordos bastante desvantajosos a organizar greves ou protestos mais enérgicos. A greve geral decretada pelas centrais sindicais, embora não tenha sido um fracasso completo, ficou muito aquém do objetivo de atenuar os efeitos mais crueis da política econômica do governo sobre os trabalhadores.

Outro impacto importante foi a deterioração cada vez maior dos ser-

viços públicos, especialmente no campo da educação e da saúde. Em 1996 registraram-se centenas de casos de pessoas mortas por falta de atendimento médico em hospitais privados e em hospitais públicos desprovidos de condições mínimas para um funcionamento normal. É só lembrar os velhinhos mortos em uma casa de repouso no Rio de Janeiro, os que pereceram em consequência da hemodiálise aplicada sem cuidados de higiene em Pernambuco, e os hospitais superlotados em que os médicos são obrigados a escolher quem viverá e quem morrerá à míngua de cuidados. Registraram-se, ainda em 1996, centenas de mortes em consequência de desabamentos e inundações em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e dezenas de outras cidades. Já se tornaram rotineiras na tevê as lágrimas e as palavras de desespero dos que perderam pessoas da família, casas ou todos os bens domésticos nessas tragédias. Também se tornaram rotina os *flashes* de meninos drogados e de meninas caídas nas malhas do turismo sexual.

O SILENCIO DO POVO

Em épocas passadas, as sociedades de amigos do bairro, os clubes de mãe, as organizações das igrejas, os movimentos de pessoas indignadas costumavam fazer passeatas de protesto, organizar ocupações de terrenos, invadir gabinetes de ministros, exigindo providências contra esses flagelos. Hoje, os atingidos pelas tragédias limitam-se a chorar diante das câme-

ras das televisões. Como os vitimados pelo desemprego, os atingidos pela falta de moradia, pela deterioração das escolas, hospitais e serviços públicos passaram a buscar soluções individuais. Não houve, em 1996, nem protestos de dimensões significativas, nem grandes manifestações de entusiasmo popular. As eleições, por exemplo, não levaram multidões às ruas e tampouco despertaram os debates acalorados de outras épocas. Não que o povo esteja contente. O que se nota, aqui e ali ou em alguma enquete de rua, dessas que a tevê costuma fazer, é o desprezo pela elite dirigente. Sorrisos irônicos e silêncios sugestivos dizem mais do que as palavras.

Duas explicações têm sido dadas para a passividade do povo exatamente na hora em que a sua situação piorou sensivelmente. Para alguns, ele está desiludido com as organizações populares (CEBs, sociedade de amigos de bairro, partidos populares, sindicatos, movimentos) que suscitaron tantas esperanças e acabaram mostrando-se impotentes para concretizá-las. Para outros, o comportamento da massa explica-se pela sensação de desespero que o desemprego gera nas pessoas, estimulando-as a buscar soluções individuais para o problema, em detrimento das formas de luta destinadas a obter soluções para toda a coletividade.

Contrariamente à passividade dos meios populares urbanos, a população rural agitou-se bastante em 1996. O Movimento dos Trabalhadores Ru-

rais Sem Terra (MST) liderou ocupações de terras em praticamente todas as regiões do País e fez avançar não apenas o processo de assentamento de famílias mas também a consciência da necessidade de realizar uma reforma agrária no Brasil. O MST constitui hoje a única frente da luta política em que as massas populares têm a iniciativa dos fatos. Aqui também há duas explicações para o fato. De um lado, a população rural tem consciência de que a alternativa de emigrar para a cidade já não mais significa a perspectiva de conseguir um emprego na fábrica mas a de morar debaixo dos viadutos; de outro, o MST oferece a essa massa uma liderança corajosa e prudente, organizando ações efetivas e que ganharam o respaldo da opinião pública.

O MST constitui hoje a única frente da luta política em que as massas populares têm a iniciativa dos fatos

A INDIFERÊNCIA DAS CLASSES MÉDIAS E RICAS

Embora não caiba nenhuma idealização do passado, houve ocasiões em que as classes médias manifestaram alguma solidariedade para com os brasileiros abalados por tragédias. Dom Hélder Câmara liderou movimentos importantes de solidariedade a flagelados do Nordeste e a favelados do Rio, na década de 1960. Em 1993, Betinho mobilizou milhões de pessoas no combate à fome, evitando que a seca daquele ano se convertesse em uma catástrofe de grandes proporções, em toda a Região Nordeste.

Não foi o que se viu no ano passado. O comportamento das classes médias e das classes ricas foi de total alheamento dos graves problemas que tornam intolerável a vida dos mais pobres. Pior: notou-se, na conduta e na

UM FUTURO MUITO POUCO PROMISSOR PARA O NORDESTE

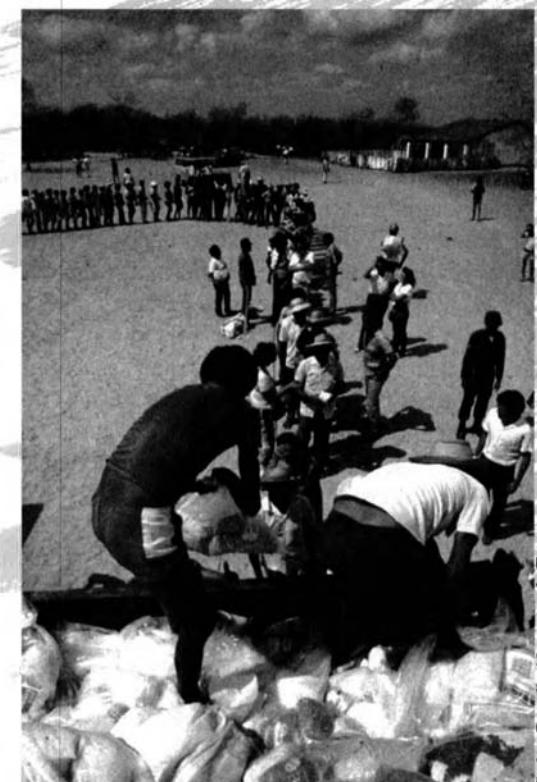
Com mais de 17,2 milhões de indígenas, ostentando os maiores índices de analfabetismo do País e abrigando estados (como Alagoas) onde o funcionalismo não recebe salários há seis meses, o Nordeste começa a pagar um preço alto pela contenção de investimentos públicos na região. Nos últimos cinco anos, apresentou um crescimento menor do que o do País, registrando taxas de desenvolvimento inferiores às da década de 1960.

A região ainda depende de recursos públicos para crescer. Pior: o seu desenvolvimento é completamente atrelado a esses investimentos. Isso mostra que o Nordeste é um problema que tende a se agravar. Estudo feito pela Sudene deixa à mostra o tamanho da ferida: o produto interno da região cresce menos quando

diminuem os investimentos públicos.

— O Nordeste é uma região vulnerável, porém viável se for beneficiada com reformas estruturais e um desenvolvimento racional. Mas não há espírito de unidade na região, e da forma como a coisa caminha o Nordeste vai ficar mais pobre ainda, porque há uma política que prejudica a região — afirma o geógrafo Manuel Correia de Andrade, diretor do Centro de Documentação e Estudos da História da Fundação Joaquim Nabuco. Para o sociólogo José Arlindo Soares, coordenador do Centro de Estudos Josué de Castro, a dependência dos investimentos públicos mostra que a região ainda não tem condições de reproduzir sozinha o próprio crescimento. Os investimentos públicos têm importância maior do que em qualquer outra região do País, segundo o economista Heródoto Moreira, coordenador do Departamento de Informações para o Planejamento, da Sudene.

— Entre 1965 e 1970, os recursos públicos na região cresceram 14,8% ao ano. Mas a época ainda era de maturação de investimentos, e o PIB nordestino só aumentou 2,3% no período. Mas entre 70 e 80, o PIB cresceu 8,7% ao ano e os investimentos públicos, 9,6%. Entre 1980 e 1990, os investimentos públicos na região só cresceram 3,15% ao ano. A economia da região cresceu quase na mesma proporção: 3,35%. E de 90 a 94, não houve crescimento nos investimentos públicos no Nordeste. Consequentemente, o seu PIB apresentou uma taxa anual de crescimento de 2,1%, menor do que aquela de 2,3% registrada na década de 60 — afirma Moreira.



Carlos Carvalho/ Imagens da Terra

Não há possibilidade de o Nordeste vencer a pobreza com o atual modelo econômico

Fonte: O Globo, 5/1/97.

O comportamento das classes médias e das classes ricas foi de total alheamento dos graves problemas que tornam intolerável a vida dos mais pobres

fala das pessoas de classe média abastada e de classe rica, um verdadeiro desprezo pelas populações marginalizadas. Sob a capa de realismo, o discurso da impossibilidade de incluir os descartáveis na sociedade brasileira ganhou cada vez mais espaço nas análises econômicas e sociológicas, nas reivindicações de segurança pública e nas conversas informais das pessoas bem postas na vida. É um sinal gravíssimo do processo de quebra da solidariedade nacional, que não vem de hoje, mas parece ter-se agravado em 1996. Por exemplo: a campanha do Natal Sem Fome em São Paulo não alcançou nem uma pequena parte da dimensão que teve em anos anteriores; a Ação da Cidadania contra Fome e pela Vida deixou de ser um movimento de massa para converter-se na ação dedicada dos pequenos grupos de militantes sociais de sempre.

É verdade que a classe média do Rio de Janeiro fez uma campanha de recuperação da imagem da cidade, profundamente abalada pelo fenômeno das "balas perdidas". Parece, contudo, que apesar da boa intenção dos organizadores, a adesão das pessoas de classe média e rica foi motivada mais pelo prejuízo que essa imagem negativa da cidade causa ao turismo e à segurança dos que vivem nos bairros ricos do que por uma preocupação efetiva em melhorar a vida das populações dominadas pelas gangues que controlam os morros da cidade. Em São Paulo, grupos de classe média organizaram manifestações de protesto contra os assaltos, mas em

vez de apresentar propostas de solidariedade e reconciliação social para atacar de forma construtiva a escalada do crime na cidade, preferiram fazer coro com uns jornalistas-policiais desclassificados e exigir mais violência do estado na perseguição dos criminosos. Esse sentimento de apartação dos pobres manifestou-se no aumento exponencial do número de condomínios fechados, tanto nas grandes cidades como nos balneários turísticos, o mesmo acontecendo com as polícias privadas, cada vez mais numerosas, mais bem fardadas e armadas e mais truculentas contra os pobres que se aproximam dos oásis onde vivem os ricos.

Desemprego, pobreza, inundações, secas, soterramento de populações inteiras, chacinas semanais de dezenas de jovens nas periferias das grandes cidades, prostituição de meninas de doze, treze anos para satisfazer a degenerescência moral dos turistas estrangeiros, tudo isso parece não dizer nada aos brasileiros bem postos na vida. Não consideram assunto do seu interesse.

Esses segmentos sociais estão desenvolvendo um verdadeiro desprezo pelo que é nacional. Os sinais mais evidentes disso estão na procura frenética pelos importados, na proliferação das viagens a *Disneyworld*, que se tornaram uma verdadeira obsessão da classe média afluente. Deslumbrada com a modernidade, tudo o que ela quer é possuir carro importado e comprar um apartamento em Miami. Essa extraordinária ofensiva do individualismo mais ferrenho já não se detém diante de princípios éticos ou sentimentos de piedade. A mídia reflete essa deterioração moral da classe média, na vulgaridade e no amoralismo dos jornais, revistas e programas de televisão.

O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO

O desempenho das instituições do estado — outro ângulo importante para se captarem os impactos sofridos

pela sociedade brasileira em 1996 — caracterizou-se pela deterioração ética. O Executivo usou e abusou das "moedas de troca", transformando o debate legislativo em um balcão de transações políticas, feitas à luz do dia sob o argumento cínico de que a política consiste precisamente na acomodação de interesses conflitantes. Além disso, abafou uma série de escândalos (Sivam, Pasta Rosa e outros), fazendo a maioria parlamentar bloquear investigações que comprometiam seus aliados e financiadores. A mesma síndrome degenerativa caracterizou o comportamento do Congresso Nacional. A maioria parlamentar permitiu que a instituição se tornasse, na prática, mera instância de referendação dos atos do Executivo.

O Judiciário, apesar das heróicas tentativas de alguns juízes, não deu sinais de recuperação da gravíssima crise que o atingiu desde a ditadura militar. Pelo contrário, a resposta dos tribunais às críticas e sugestões formuladas em seminários patrocinados pela OAB, CNBB e outras entidades, foi o apoio a um projeto de reforma que apenas reforça o caráter elitista e antidemocrático da Justiça brasileira — um projeto que rejeita qualquer tipo de controle externo, restabelece a famigerada "avocatária" e atribui força vinculante às decisões dos tribunais superiores.

O moral das Forças Armadas está lá embaixo, pois sentem que foram descartadas pela grande potência continental à qual hipotecaram irrestrita fidelidade nos tempos da Guerra Fria. Da polícia, não há o que falar. A administração do estado, profundamente corrompida durante a ditadura, está sendo agora objeto de uma campanha de desmoralização que faz parte do plano de redução do estado — um dos dogmas da "teologia" neoliberal. Essa campanha teve forte impacto no moral dos funcionários públicos, que já não têm, como em épocas passadas, a consciência de estar prestando um serviço público. Sentindo-se desprezado, pelo governo e pelo público, o

funcionalismo enveredou para o caminho errado de piorar a qualidade do serviço e do atendimento à população.

Esta breve resenha dos processos mais evidentes que se desenvolvem nos movimentos, nas classes e nas instituições da sociedade brasileira mostra que, ao contrário dessa visão rósea que a mídia e o governo procuram incutir, estamos vivendo um momento histórico bastante difícil. Como acreditar, diante de exemplos tão gritantes de "barbárie", que bastaram a estabilização da moeda e a promessa de investimentos estrangeiros para que o País entrasse em uma fase de desenvolvimento?

Precisamos ter a coragem de encarar o momento histórico: a conjuntura social brasileira é grave e ficou ainda pior em 1996. Eric Hobsbawm terminou o admirável quadro da situação mundial que traçou em seu livro *A Era dos Extremos*, com esta frase profética: "Se a humanidade tiver algum futuro razoável, não há de ser prolongando o passado ou o presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessas bases, fracassaremos. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa a uma sociedade completamente nova, é a escuridão". A observação nos cai como uma luva e as pessoas sérias, que já estão há tempos preocupadas com o esgarçamento do nosso tecido social, precisam passar a ações mais decididas o mais depressa possível.

Plínio Arruda Sampaio, advogado e professor, assessora movimentos populares e de igrejas. Integra a Rede de Cristãos de Classes Médias.



J.R. Rippel / Imagens da Terra

A exploração do trabalho infantil é uma das faces mais cruéis das injustiças no Brasil

POBREZA SÓ CAI COM CRESCIMENTO DE 6%

A previsão de crescimento econômico para a América Latina em 1997 — entre 3,5% e 4% — ainda está longe da taxa que seria ideal para inverter o ciclo da pobreza, o que requer uma taxa mínima de 6%, segundo avaliação apresentada em Washington por funcionários do Banco Mundial. Enquanto o cenário é positivo em várias fronteiras e a confiança de investidores internacionais na estabilidade da região continua crescendo — assim como o fluxo de capitais — ainda há problemas, especialmente para o Brasil e três outros países, na área fiscal. Segundo o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina, Guilherme Perry, "o fortalecimento do setor fiscal é crucial para o crescimento e macroestabilidade, e ainda há quatro países na região com sérios problemas fiscais a serem resolvidos". Estes são Brasil, Costa Rica, Equador e Jamaica. O Brasil, no entanto, não pesa apenas como um negativo na equação regional. "Principalmente devido ao sucesso do Plano

Real e à queda da inflação no Brasil, a taxa para toda a região em 1997 deve ser inferior a 10%", disse.

Enquanto a situação melhora para alguns setores da economia, "o quadro está longe de ser róseo", disse Perry. Para tanto, além das reformas fiscais, os países da região precisam implementar reformas nos mercados de trabalho — como a redução nas taxas que empregadores pagam sobre cada empregado — e sanear seus mercados financeiros. "Para que o crescimento não se concentre em apenas alguns setores, microempresas precisam ter acesso ao crédito", disse Perry.

Comparado à Ásia, onde países como a Indonésia e a China viram percentagem da população vivendo na pobreza diminuir de 35% a 14%, devido ao crescimento econômico, a América Latina ainda não viu os mesmos benefícios. Enquanto a taxa percentual de pobres permanece estável — 24% abaixo da linha da pobreza —, o número de pessoas pobres, segundo o vice-presidente em exercício para a América Latina do Bird, Gobind Nankani, ainda está crescendo.

Fonte: Jornal do Brasil, 1/2/97.

ESCRAVOS AINDA INFANTES

Cesar Roberto Lapa

A realidade do trabalho infantil não constitui tema novo sobre violação dos direitos humanos. No entanto, no Brasil, esta situação foi reconhecida pelo governo somente a partir de 1992, quando o IBGE incluiu no questionário da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) uma pergunta sobre trabalho infantil na faixa etária entre 5 e 9 anos.

A legislação e os compromissos. Os dados revelam a impotência das proibições da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente contra a exploração desta força de trabalho. Crianças na faixa etária de 12 a 14 anos somente podem trabalhar na condição de aprendizes, e os maiores de 14 anos devem ter reconhecidos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. Segundo a Declaração dos Direitos da Criança "a criança deve ser protegida contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes de uma idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a, ou ser-lhe-á permitido, empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral."

O Brasil encontra-se na desconfortável posição de contar com meio milhão de crianças de 5 a 9 anos no mercado de trabalho, apesar de ter assinado a Convenção sobre Direitos das Crianças das Nações Unidas. Os dados revelam total falta de vontade política neste sentido, e em 1997 a ONU deverá verificar quais países cumpriram seus compromissos.

Os números da PNAD. A pesquisa por domicílios de 1995 revela 522.185 dos 16,3 milhões de crianças nesta faixa etária trabalhando, dos quais 481.335 (92,2%) sem remuneração, 33.572 (6,4%) ganhando até meio salário míni- mimo, 3.278 (0,6%) entre meio e um salário, e 345, acima de

R\$ 200,00. Na faixa etária de 10 a 14 anos há quase 5 milhões de crianças trabalhando, o que significa 30% do total desta faixa. Entre 15 e 17 anos, são 5 milhões de menores no mercado de trabalho.

Carga horária. O que torna estas constatações mais pesadas é o fato de que 255.679 crianças (5 a 9 anos) trabalham entre 15 e 39 horas por semana, 11.135 entre 40 e 44 horas, 3.834 entre 45 e 48 horas e 6.246 trabalham mais de 49 horas. Nessas condições fica difícil a conciliação do trabalho com a freqüência escolar, embora a pesquisa por domicílio do IBGE registre que 406.742 de pequenos trabalhadores estudam. A coordenadora de Estatísticas Sociais do IBGE, Ana Lúcia Saboia, acredita que grande parte dos chefes de família entrevistados na pesquisa ficaram receosos em revelar que seus filhos não vão à escola ou que trabalham. Ou seja, os números alarmantes estão subestimados!

Mapa da exploração. Além destes índices, o "Jornal do Brasil" publicou (25/12/96) um quadro detalhado, a partir das fontes do IBGE, onde se dispõem os números pelas regiões e estados do País, ressaltando dados concernentes à baixa (ou nula) remuneração e à excessiva carga horária. A região Sul, com a melhor distribuição de renda no País, é a que concentra maior número de crianças sem remuneração (95,3%), com até 40 horas de trabalho semanais.

No campo, maior violência. Tanto nas atividades urbanas como rurais encontramos a presença de trabalho infantil. Nos centros urbanos, as crianças trabalham como camelôs, guardadores de carros, ajudantes de obras, etc. Tais trabalhos podem ser considerados penosos. Mas é no campo onde a violação se mostra mais forte. Os menores ficam expostos a toda sorte de maus-tratos, principalmente levando-se em conta a inadequação das ferramentas de trabalhos e o contato com agrotóxicos. Na colheita de cana-de-açúcar, onde mais se emprega mão-de-obra infanto-juvenil, grande parte dos acidentes envolvendo crianças (40%) é provocado por foices e fa-

cas. "Somente em 1991 foram identificados 1.600 casos de mutilação na região do sisal do Estado da Bahia. As condições de trabalho no sisal são cruéis. Sob um calor de 38 graus, as crianças trabalham, em média, dez horas por dia. O contato com as folhas pontiagudas da agave (vegetal matéria-prima para a produção do sisal) e com o suco ácido da planta provoca inúmeras feridas nos braços e nas pernas. Pela falta de assistência médica, essas feridas ficam expostas aos insetos, o que resulta em infecções. Há inúmeros casos de crianças cegas, vítimas de perfurações das pontas da agave." (Jornal do DIAP, outubro de 1996).

Outras atividades provocam seqüelas peculiares segundo o tipo de lavoura de que se trate. A precariedade do sistema de saúde no campo piora mais a situação, considerando que as atividades comprometem o desenvolvimento físico e mental dessas crianças. Soma-se a isso a violência advinda dos conflitos de terra, que atinge boa parte de jovens: a CPT aponta 4.887 casos de 1993 a 1995.

Utopia modesta. Por tudo isso, o oportuno II Encontro Nacional de Meninos e Meninas Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG e OIT, em Brasília, entre os dias 9 e 12 de outubro de 1996, apresentou ao governo uma pauta de reivindicações de caráter emergencial no que se refere ao trabalho infantil. Elas cobrem anseios mais gerais, como "a realização da reforma agrária, acompanhada de política agrícola que permita uma vida decente para as famílias", e os mais específicos, como fim da concessão de incentivos fiscais e empréstimos para as empresas que exploram mão-de-obra infantil". Aprofundando a reflexão nota-se facilmente que no fundo o desejo dessas crianças é ter os direitos de comer, dormir, aprender e brincar. Um sonho modesto e negado. Tão infantil, quanto adulto também.

Cesar Roberto Lapa é professor de Filosofia e integra a equipe de KINOONIA. Fontes: Jornal do Brasil, 25 e 26 de dezembro de 1996; Jornal do DIAP, outubro de 1996; Pastoral da Terra, 20(137), outubro/novembro de 1996, e 20(138), dezembro de 1996.

SINAIS MARCANTES NA PASTORAL CATÓLICA

José Oscar Beozzo

Os chamados “sinais dos tempos” marcaram de forma decisiva a atuação da Igreja Católica no Brasil no último ano, influenciando decisivamente no rumo das suas pastorais. Confira a instigante análise elaborada por um dos mais destacados teólogos e historiadores da Igreja

Na complexa rede de acontecimentos e conflitos de 1996, resolvemos destacar um evento emblemático e quatro questões que nos pareceram significativas como ingredientes da conjuntura eclesial católica.

ELDORADO DOS CARAJÁS

O evento emblemático foi o brutal massacre de Eldorado de Carajás. Dramático porque era lícito esperar de um governo democrático que depois do massacre de Corumbiara, com a punição rigorosa dos responsáveis e com uma política agrária corajosa que fizesse avançar a reforma agrária, não se repetissem cenas de massacre por forças policiais do Estado. A impunidade dos mandantes e executores dos massacres anteriores e a falta de vontade política de resolver os problemas da terra continuam predominando. O evento abalou a credibilidade do governo quanto às políticas sociais e incidiu profundamente na conjuntura eclesial, pois aconteceu no início da Assembléia da CNBB

reunida em Itaici, concentrando a atenção dos bispos na dramática realidade dos pobres e não apenas nas questões internas da vida da Igreja. Para Eldorado, foi despachado, expressamente em nome da assembléia, o responsável pela Pastoral Social da CNBB, dom Demétrio Valentini, para acompanhar o bispo local, levar a solidariedade do episcopado às famílias enlutadas e verificar *in loco* os acontecimentos.

A tendência presente na assembléia de se adotar, sem mais, a proposta de centrar a pastoral da Igreja na celebração do terceiro milênio, como expressão da nova maioria alcançada com a eleição de uma presidência mais conservadora e de uma linha pastoral mais ajustada à Santa Sé do que à realidade do País, deixava

ria em segundo plano as diretrizes aprovadas para o quadriênio 1995-1998. Com os acontecimentos de Eldorado de Carajás e a comoção que suscitou, essa tendência foi de certo modo invertida. Manteve-se o essencial das opções das diretrizes da CNBB e aprovou-se, para os próximos quatro anos, uma redobrada atenção aos problemas sociais, econômicos e políticos que afligem as grandes maiorias do povo brasileiro.

Assim, na pauta dos serviços do programa “Rumo ao Terceiro Milênio”, foram aprovados: para 1997, a promoção dos direitos civis (vida, integridade, liberdade, igualdade perante a lei); para 1998, a promoção dos direitos sociais (educação, saúde, informação, cultura, meio ambiente); para 1999, a promoção dos direitos



J.R. Ripper/Imagens da Terra

O massacre em Eldorado de Carajás mudou o rumo da Assembléia da CNBB em 1996

Num ano de eleições municipais, a importância da campanha foi tratar a política na perspectiva da sociedade e não do Estado, apresentando questões que interessam às grandes maioria e não apenas à minoria poderosa e caindo como ave de rapina sobre os escassos recursos públicos, nos múltiplos escândalos dos bancos e da gestão corrupta e fraudulenta do Estado e das privatizações.

A campanha introduziu também o debate sobre as políticas vistas a partir dos trabalhadores, aposentados, desempregados e de suas necessidades e não apenas a partir do capital, dos bancos, das empresas e do Estado. Um dos frutos importantes da Campanha da Fraternidade foi o número bastante grande de cristãs e cristãos vinculados às comunidades e movimentos populares que se apresentaram como candidatos nas eleições municipais.

O apartheid social e o "Grito dos Excluídos"

É consenso que o Plano Real reduziu a inflação, melhorando a renda dos que estão empregados. Por outro lado, porém, precipitou um acelerado movimento de demissões nas indústrias e uma planejada redução do tamanho do Estado, com o inevitável cortejo de mais demissões, aumentando rapidamente a massa dos desempregados.

Pouca atenção tem sido consagrada a este fenômeno de um desemprego maciço e estrutural: os postos de trabalho perdidos dificilmente serão recuperados, mesmo no contexto de uma recuperação econômica. O governo tem sido surdo ao drama dos desempregados e até agora não foram estabelecidas políticas compensatórias senão para reverter, pelo menos para minorar as consequências do desemprego e das políticas econômicas de corte neoliberal.

O "Grito dos Excluídos", convocado pelas pastorais sociais da CNBB, pela CUT, pela Central dos Movimentos Populares e por outros organismos

eclesiás e sociais, pelo segundo ano consecutivo reuniu no dia 7 de setembro, em Aparecida do Norte (SP), cerca de cem mil participantes. Conseguiu também mobilizar em quase todas as dioceses do País concentrações semelhantes em torno do tema "Trabalho e terra para viver". Dizia uma avaliação do movimento: "Homens, mulheres, crianças... ocupando ruas, praças, igrejas, combinando desejos, esperança e fé com indignação e espírito de luta".

A Igreja movimenta-se na base

Dois outros acontecimentos movimentaram a Igreja na base: as romarias da terra, que, em alguns estados, conseguiram reunir mais de trinta mil pessoas; e os encontros regionais das CEBs em preparação ao Nono Intereclesial, que vai acontecer de 15 a 19 de julho deste ano, em São Luís do Maranhão.

As romarias da terra representaram para os lavradores nos assentamentos, para os sem-terra nos acampamentos, um momento de partilhar as lutas por vezes desgastantes, celebrar vitórias, fazer memória dos mártires e dos que já se foram, rezar e ganhar forças para prosseguir nos trabalhos e lutas.

Depois do seminário nacional de Goiânia no final de janeiro e início de fevereiro, as CEBs dedicaram o ano de 1996 aos encontros regionais que reuniram no Rio Grande do Sul, em março em Palmeiras dos Índios, mais de dois mil delegados das dioceses, dentre os quais cerca de 200 indígenas; em São Paulo, cerca de 1.600 participantes, no mês de setembro em Ribeirão Preto e, com entusiasmo e afluência semelhantes em outros pontos do País. Todos os estados do Nordeste (da Bahia ao Maranhão) reuniram-se em Picos, no Piauí, com delegados de cada diocese, marcando um importante renascimento da articulação da Igreja na base, partilhando sua caminhada e discutindo a evangelização a partir das questões e demandas do povo mais pobre.

econômicos (terra, alimento, trabalho, moradia...); e para o ano 2000, o perdão da dívida internacional e o resgate da dívida social do Brasil. Na mesma assembleia, aprovou-se o início das discussões para preparar ecumenicamente, em conjunto com outras igrejas cristãs, a campanha da fraternidade do ano 2000. Na expressão de um ex-presidente da CNBB, Eldorado dos Carajás salvou a 34ª Assembleia da CNBB.

Fraternidade e política

Podemos caracterizar 1996 e o início de 1997 como o período em que o governo Fernando Henrique Cardoso impôs à sociedade e ao parlamento sua agenda, culminando com a convocação extraordinária do Congresso que aprovou a emenda da reeleição e elegeu candidatos do Executivo à presidência do Senado e da Câmara. A imprensa falou de um rolo compressor e de um massacre da oposição, tratando de "El-Rei" o triunfante Fernando Henrique. A agenda econômica foi pautada pelo escandaloso socorro financeiro aos bancos e pela discussão acelerada da privatização das telecomunicações e da Vale do Rio Doce, com o abandono de qualquer programa consistente de reformas econômicas, sociais e políticas.

Nesse panorama adverso, ao lado da pressão mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Campanha da Fraternidade sobre a relação entre fé e política e sobre a responsabilidade dos cristãos na sociedade foi um dos raros momentos em que a sociedade civil inseriu a própria agenda no debate nacional.

Antes mesmo de chegarem ao Maranhão, as delegações dos vários regionais e dos evangélicos para o encontro em São Luís — o Nono Intereclesial, com seu lema “CEBs, Vida e Esperança nas Massas” — já vêm se mobilizando intensamente em cada recanto do País. Os evangélicos, como para Duque de Caxias, organizaram um subsídio visando a preparação do Intereclesial e facilitar aos católicos a compreensão do mundo evangélico, e aos evangélicos a caminhada das CEBs.

Rádios comunitárias, vídeos e Internet

Desde a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, decidida praticamente pela mídia, parcelas importantes da opinião pública tomaram consciência desse poder e de sua capacidade de criar fatos novos, plantar notícias e sobretudo difundir versões tendenciosas ou incompletas dos acontecimentos, assim como de calar fatos e destruir reputações.

O controle da mídia envolve capitais elevadíssimos e os interesses mais substantivos da política nacional e internacional, fugindo cada vez mais ao controle da sociedade e mesmo dos estados nacionais. É inacessível aos movimentos populares, sindicatos, partidos populares. Tornou-se chavão chamar a imprensa de quarto poder. Hoje, porém, muitos estão inclinados a considerar a mídia eletrônica como o primeiro e principal poder social por detrás e à frente dos demais poderes.

Ao analisar a conjuntura eclesial em 1996 é preciso tomar em conta esse componente não tão novo mas cada vez mais crucial tanto na análise política e social como na religiosa. Até a década de 1950, as disputas no campo ideológico e religioso aconteciam por meio da imprensa escrita. Nas décadas de 50, 60 e 70, vinculadas diretamente a rádios, nasceram e cresceram igrejas evangélicas, como a Igreja Brasil para Cristo, do pastor Manoel de Melo, a Deus é Amor, do pastor Davi Miranda, figuras como a

Ao lado da pressão mantida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Campanha da Fraternidade sobre a relação entre fé e política foi um dos raros momentos em que a sociedade civil inseriu a própria agenda no debate nacional

do padre Donizetti, em Casa Branca, e do padre Vitor Coelho, em Aparecida, ou ainda a de Alziro Zarur, fundador da Legião da Boa Vontade, através da Rádio Mundial.

Nos anos 80 e sobretudo 90, explodiu a tevê como elemento-chave na sociedade e no campo religioso, gerando igrejas como a Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, e seu controle da Rede Record de Televisão, até então nas mãos do pastor Fanini, da Igreja Batista do Rio, ou o movimento-igreja Renascer. Ainda que tardivamente, a Igreja Católica fez sua aparição no cenário televisivo com a Rede Vida de Televisão que, em 1996, começou a se tornar de fato uma rede nacional e a marcar presença em algumas capitais. Seria preciso analisar a programação da Rede Vida e os grupos que vão se firmando nela para compreender o que será um dos rostos, pelo menos na opinião pública, do catolicismo neste fim de milênio. Até agora, mais do que as CEBs e os setores populares, estão presentes na Rede Vida, de um lado, os carismáticos, e, de outro, o rosto mais hierárquico da igreja: determinados bispos, padres, religiosos e religiosas.

Analizando-se, porém, o fenômeno da comunicação a partir dos setores mais populares, o acontecimento mais importante foi o surgimento de

centenas de rádios comunitárias por todo o País, controladas por associações de moradores, sindicatos, mas sobretudo por paróquias, comunidades de base ou grupos pentecostais na periferia das grandes cidades. Essa comunicação alternativa e sob controle popular é uma novidade importante no panorama onde reinavam absolutos os interesses do grande capital, de políticos e do estado.

Outra novidade é a popularização do uso do videocassete. Dois sinais evidentes do fenômeno são a multiplicação de videolocadoras por todo o País e os dados da produção industrial. Em 1996, foram produzidos e comercializados mais de quatro milhões de videocassetes no Brasil. Como aconteceu anteriormente com os aparelhos de rádio e televisão, o vídeo está se popularizando e surgem produtoras independentes voltadas para a elaboração e difusão do vídeo religioso como elemento de formação ou entretenimento de comunidades e integrantes das pastorais. Como documentário e documentação vem se tornando uma arma importante das lutas populares, de suas denúncias e divulgação.

A terceira novidade, ainda que ambígua e aparentemente ainda distante dos meios populares, é a explosão da Internet. O acesso à Internet passa a ser uma alternativa que deverá suscitar iniciativas importantes e é uma revolução que deve não só ser acompanhada de perto, mas para a qual lideranças dos movimentos populares, comunidades e outras agências de formação e informação deverão estar se capacitando para dela se valer competentemente a serviço de suas causas.

De uma rede restrita basicamente à pesquisa universitária ou a iniciativas pioneiras como a do Ibase e acessada por um público limitado, ela passou de pouco mais de 30 mil usuários em 1994 a 70 mil em 1995 e a cerca de meio milhão em 1996, caminhando certamente para o milhão em 1997. A rede abre-se também como um lu-

gar para o debate e a influência religiosa que começa a ser utilizada de maneira mais ou menos feliz nas várias páginas <http://www.ongba.org.br/memoria/cesep/home.html>

Nelas já surgem "sites" inesperados como o das CEBs e do 9º Intereclesial a realizar-se de 15 a 19 de julho de 1997, em São Luís do Maranhão, mas também a página da próxima visita do papa em 4 e 5 de outubro de 1997; uma bela página de Leonardo Boff e da coleção "Teologia e Libertação"; páginas da Cehila (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina, e do Cesep (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular), mas também as várias páginas das Arquidioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo, da CNBB; de universidades católicas, como a PUC do Rio e de São Paulo, do grupo de leigos de Recife que continua bradando: "Santo Padre, Olinda e Recife estão como ovelhas sem Pastor. Solidariedade".

A multiplicação de servidores de poucas dezenas para milhares por todo o País e o barateamento dos equipamentos e custos estão democratizando o acesso à rede e dando lugar a propostas de uso comunitário de um ponto de acesso local, como se discutiu na concorrida oficina sobre a Internet na Feira de Saberes do último Curso de Verão do Cesep, em São Paulo.

Destas novas vias de comunicação como as rádios populares, a produção independente de vídeos e sua utilização comunitária, da capacidade de os grupos populares católicos acederem à rede televisiva e, enfim, das possibilidades de democratização da informação e da criação de redes de iniciativas, solidariedade e troca de experiências e conhecimentos pela Internet, abre-se um caminho que pode provocar importantes deslocamentos no campo da conjuntura eclesial, em futuro próximo.

José Oscar Beozzo, teólogo e historiador, é sacerdote católico e secretário-geral do Cesep.

IGREJAS E ENTIDADES ECUMÊNICAS NAS HOME PAGES DA INTERNET

Há um grande número de páginas ligadas a igrejas e a entidades ecumênicas, distribuídas por diversos servidores por todo o Brasil, embora alguns destes venham concentrando um número crescente destas páginas. Entre eles, encontra-se o servidor ZUMBI dos Combonianos da Bahia, o CIDADANET de São Paulo, iniciativa da Arquidiocese e diversas entidades religiosas e onde aparece o primeiro jornal produzido para ser distribuído eletronicamente, o "Correio da Cidadania", animado por Plínio de Arruda Sampaio.

ZUMBI – BAHIA

SEM FRONTEIRA: <http://www.ongba.org.br/news/semfro/home.html>

ALÔ MUNDO: <http://www.ongba.org.br/news/home.html>

CADERNOS DOS CEAS: <http://www.ongba.org.br/news/ceas/home.html>

JORNAL PILAR: <http://www.ongba.org.br/welcome/pilar>

IX INTERECLÉSIAL DAS CEBs: <http://www.ongba.org.br/9cebs/home.html>

CEHILA: <http://www.ongba.org.br/memoria/cehila/home.html>

CALENDÁRIO AFRO-AMERICANO: <http://www.ongba.org.br/afro/calend/home.html>

RELIGIÃO DOS ORIXÁS: <http://www.ongba.org.br/afro/orixas/home.html>

CEBI: <http://www.ongba.org.br/memoria/cebi/home.html>

II ASSEMBLÉIA DO POVO DE DEUS (APD): <http://www.ongba.org.br/memoria/zapd/home.html>

ATABAQUE (grupo teologia e negritude): <http://www.ongba.org.br/afro/atab/home.html>

BIBLIOT.COMBONIANA AFRO-BRAS.: <http://www.ongba.org.br/org/comboni/home.html>

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL: <http://www.ongba.org.br/org/ceas/home.html>

FUNDAÇÃO DOM AVELAR – RÁDIO EXCELSIOR: <http://www.ongba.org.br/org/fdavelar>

OAF – FRATERNO AUXÍLIO CRISTÃO: <http://www.ongba.org.br/org/oaf>

CESEP – CENTRO ECUMÉNICO DE

SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR: <http://www.ongba.org.br/memoria/cesep/home.html>

Em breve estarão aparecendo também:

CPT- BAHIA: <http://www.ongba.org.br/org/cptba>

AEC – BAHIA: <http://www.ongba.org.br/aecba>

SONAD (jesuítas): <http://www.ongba.org.br/org/bahpros>

OUTROS SERVIDORES

PAULINAS: <http://www.paulinas.org.br>

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ: <http://www.paulinas.org.br/fcrista>

PAULINOS: <http://www.paulus.org.br>

SALESIANOS: <http://www.salesianos.org.br>

REDENTORISTAS: <http://www.redemptor.br>

REDE CIDADANET – São Paulo:

Arquidiocese de São Paulo: <http://www.cidadanet.org.br/arquidiocesesp>

Jornal "O São Paulo": <http://www.cidadanet.org.br/arquidiocesesp/osaopaulo>

OUTRAS PÁGINAS DE PASTORAIS, PESSOAS E DIOCESES

PASTORAL DA CRIANÇA: <http://www.rebidia.org.br>

DOM PEDRO CASALDÁLIGA: <http://www.uc.ni/koinonia/pedro/pedro.htm>

LEONARDO BOFF: <http://www.gaaint.com/boff>

CNBB: <http://www.cnbb.org.br>

ARQUIDIOCESE SÃO PAULO: <http://www.cidadanet.org.br/arquidiocesesp/ppal.htm>

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA: <http://www.geocities.com/Paris/5740/dioceste.htm>

IGREJA NOVA (leigos de Recife): <http://bbs.elogica.com.br/users/igrejanova/>

DIOCESE DUQUE DE CAXIAS: <http://www.ongba.org.br/welcome/pilar>

MUNDO CATÓLICO: <http://www.zaitek.com.br/~salvador/catolic.htm>

CATÓLICOS EM CURITIBA: <http://www.kanopus.com.br/~catolico/>

NEW ADVENT (lista dos papas): <http://www.knight.org/advent/Popes/ppindx.htm>

CHRISTUS REX: <http://www.christusrex.org/>

RIO CATÓLICO (Arquidiocese RJ): <http://www.arquidiocese.org.br>

VISITA DO PAPA: <http://www.puc-rio.br/geral/papa-joao/index.htm>

UMA VISÃO CATÓLICA DA CONFERÊNCIA DE SALVADOR

Eduardo Hoornaert

Análises rigorosas e avaliações inclemtes já se incorporaram definitivamente às atividades do movimento ecumênico. São partes constitutivas de quaisquer práticas dos organismos ecumênicos. E não poderia ser de outro modo. As relações ecumênicas são sempre difíceis e delicadas. A abertura para o outro, o respeito pela sua identidade cultural, religiosa e eclesial implicam sempre uma autocritica permanente daqueles envolvidos numa prática dialogal. Mas, às vezes, as impressões geradas por uma vivência direta e comprometida falam mais alto e mais significativamente do que as análises avaliativas dos métodos e dos resultados obtidos. Isso porque diálogo implica compromisso com o diferente, empatia, sair do próprio lugar para se colocar no lugar do outro e procurar perceber sua visão, seu sentir, sua vivência. É isso que o autor nos oferece com esta crônica acerca de sua vivência da Conferência sobre Evangelho e Culturas, promovida pelo CMI em Salvador, em dezembro de 1996

É necessário repensar o Evangelho a fundo. (Emílio Castro)

Realizou-se em Salvador da Bahia, entre os dias 24 de novembro e 3 de dezembro de 1996, a undécima Conferência Mundial sobre Missão e Evangelização promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra (Suíça). Desde 1910 (Edimburgo, Inglaterra) essas conferências organizam-se num intervalo de oito a dez anos, e a penúltima foi em San Antonio, Texas, Estados Unidos.

Dessa vez coube à cidade de Salvador o encargo de hospedar os mais de 600 delegados provenientes de 60 países e 330 igrejas diferentes, por ser “um microcosmos da diversidade mundial de culturas e espiritualidades” (Mensagem final da Conferência, 4). Acontece que Salvador é entendida, pelos participantes, em relação ao continente americano como um todo, não só ao Brasil (Mensagem da Conferência, 7, g). Apesar de não ter sido convidado oficialmente, pude contudo participar de alguns momentos marcantes e pensei em comunicar aos(as) amigos(as) leitores(as) algumas de minhas impressões, pois a Conferência me impressionou sob diversos aspectos. Para mim foi uma oportunidade de sentir por alguns instantes o que acontece “do outro lado”, ou seja, do lado dos protestantismos, da Igreja Ortodoxa, mesmo do islamismo e das religiões em geral.

A “cara” das igrejas do tronco protestante permanece mais anglo-saxônica do que a do catolicismo, que é marcadamente mais latino. Olhos azuis, pele clara, andar meio apressado, gestos rápidos. Mesmo assim, emerge com força a terceira ou quarta geração de “nativos” da África, Ásia, América, continentes coloniza-

dos mas onde os jovens olham sempre mais o cristianismo a partir de sua própria história, superam ou até esquecem a herança missionária que por tanto tempo marcou o cristianismo “ultramarino”. A Europa (e a América do Norte) hoje fica observando a África, a Ásia, a América, e talvez comece dentro em breve a escutá-las. Os contínuos *flashes* disparados das máquinas fotográficas nas mãos brancas de europeus e norte-americanos focalizando um “nativo” eram a mais paciente demonstração desse olhar, onde se mistura o antigo “folclórico e turismático” com um desejo sincero de entender melhor, captar um instante de vida. A mensagem da Conferência realça esse contraste entre Edimburgo 1910 (um encontro entre europeus e norte-americanos) e Salvador 1996 (7, a).

O ESTILO DA CONFERÊNCIA

O estilo geral da Conferência dá uma impressão bem mais moderna, democrática, “civil” do que uma conferência católica. Um amigo me disse: “Se fosse uma conferência católica, estaria repleta de bispos e padres”. Poucos destacavam-se pela indumentária: alguns ortodoxos, representantes de igrejas sírias ou ainda anglicanas. Não percebi *hierarquias*. Não tenho bastante conhecimento para me pronunciar sobre a existência de algum princípio hierárquico no Conselho Mundial de Igrejas, mas a impressão forte era a de uma convenção democrática. Hoje, a Igreja Católica não se distingue tanto das demais igrejas pelo dogma, pelos sacramentos, mesmo pela disciplina interna (esses pontos estão sendo paulatinamente superados),

mas permanece a cotidianidade do estilo “romano”, herança dos séculos, sempre menos compreensível no mundo em que vivemos.

Essa diferença permanece nas entrelinhas de acontecimentos como esse. Por exemplo: não era possível detectar “grandes figuras” nessa conferência. Sintomática a figura do doutor Konrad Raiser, atual secretário-geral do CMI, cuja responsabilidade atinge nada menos de 600 milhões de pessoas e por isso mesmo chamado por vezes “o papa protestante” (a comparação é apenas válida para o imaginário católico). Ele mantém um comportamento tão modesto e um discurso tão dialogante que chega a causar estranheza e até um clima de mal-estar nos que estão acostumados ao mundo hierárquico-patriarcal. Pude perceber isso por ocasião da palestra que Konrad Raiser ministrou na Universidade Católica de Salvador. Afinal, o estilo de Genebra é bem diferente do estilo do Vaticano, e ver a olhos claros essas diversidades constitui uma fascinante experiência.

A presença da mulher me parecia “normal”. Ouviram-se depoimentos de

homens e mulheres indistintamente, e nas comissões da mais alta representatividade a participação tranquila delas me deu a impressão de uma normalidade já adquirida, não uma “conquista” realçada nos discursos.

OS MOMENTOS LITÚRGICOS

Como os protestantes cantam bem! As liturgias eram carregadas na emoção musical de todos os participantes. Na liturgia final todos cantavam músicas lindas que eu desconheço. Não aquelas músicas de questionável valor artístico que os católicos que freqüentam as igrejas estão obrigados a suportar. O protestantismo mantém um rico equilíbrio entre tradição e inovação, enquanto a Igreja Católica, na ânsia de marcar posição no meio de uma violenta e niveladora concorrência religiosa, me dá a impressão de apelar para textos e músicas de reduzido valor.

Um dos pontos altos da Conferência foi a liturgia no Solar do Unhão, um antigo ancoradouro de Salvador onde durante trezentos anos, até a época da abolição da escravatura, foram desembarcados africanos para

serem ali selecionados e comercializados. Observo aqui que não foram 12 milhões os trazidos da África ao Brasil, como foi divulgado na oportunidade, mas 3 milhões e 600 mil, pelo menos segundo Curtin. Um grupo apresentou na hora da liturgia uma pedra proveniente da África, a “Pedra das lágrimas”, doravante símbolo do “exílio africano” na América (Mensagem da Conferência, 7, e). A novidade foi a auto-acusação dos próprios africanos, na pessoa do rev. Aaron Tohlen, dos Camarões, um dos oito co-presidentes do CMI. Efetivamente, numerosos africanos colaboraram com o tráfico negreiro, vendendo os compatriotas aos negociadores espanhóis, portugueses, ingleses, franceses.

Oportuna a palavra da doutora Maria de Lourdes Siqueira, professora da Universidade Federal da Bahia, quando afirmou: “A religiosidade profunda da maioria dos baianos é o candomblé. O catolicismo romano permanece para esse segmento da população uma religiosidade social”. E acrescentou: “O cristianismo foi aceito para agradar aos amos brancos e



Chris Black/ CMI

O espírito celebrativo marcou a Conferência de Salvador



Chris Black/CMI

Painel dos povos indígenas

evitar castigos". Palavras como estas nos fazem de vez aterrissar no duro e inevitável chão da realidade.

GLOBALIZAÇÃO E CATOLICIDADE

Vibrei com as palavras do bispo anglicano Leslie Newbigin, de 87 anos, uma das grandes figuras do movimento ecumênico, que criticou as igrejas cristãs por não terem a coragem de apresentar um modelo alternativo ao neoliberal imperante: "O Evangelho foi domesticado". Que sensação ouvir o bispo tomar como exemplo o Islã, "que teve a coragem que os cristãos não tiveram em desafiar a dominante cultura do livre mercado". Palavras corajosas que derrubam muros de incompreensão entre cristianismo e islamismo e dão valor à religião que atualmente reúne o maior número de pessoas no planeta (alcança um bilhão de fiéis nesta década, ultrapassou recentemente o catolicismo). E ele continuou: O mercado hoje é um ídolo, um falso deus. Ora, "os ídolos não são suscetíveis de persuasão moral", ou seja, não basta dispensar palavras generosas, discursos sobre paz e compreensão, é preciso desafiar na cotidianidade a ideologia subjacente à globalização.

O pessoal é muito respeitoso diante da Igreja Católica. O Vaticano mandou doze pessoas como observadores e diversos católicos participaram das liturgias e demais atos comunitários. Percebi que o papa João Paulo II é apreciado principalmente por ser um

papa viajante, o primeiro na história vaticana, que por meio de suas visitas mostrou concretamente o (des)encontro entre Evangelho e culturas. As imagens televisionadas falam por si. Hoje os responsáveis em Genebra procuram viajar também, visitar os países para ver *in loco* como as coisas estão.

Diversas vezes ouvi a expressão "a catolicidade da Igreja". É um termo muito antigo, pois o primeiro sentido da catolicidade provém do próprio Evangelho. Desde os primeiros tempos os seguidores de Jesus perceberam que sua mensagem era "católica", ou seja, dirigida a toda a humanidade ou "a toda terra", como se dizia então. Impressionou-me que o tema da catolicidade não fica mais vinculado com o concílio de Nicéia de 325, como algumas décadas atrás. O ecumenismo deu um grande passo em distanciar-se do símbolo de Nicéia — na realidade, expressão de uma primeira forma hegemônica de se viver o cristianismo — e em relacionar o ecumenismo diretamente ao evangelho de Jesus, ou então ao evento de Pentecostes (Mensagem da Conferência, 6). Daí a insistência nos estudos bíblicos, que ocupavam grande parte da programação. Igreja católica ou catolicidade da Igreja? Diante de uma conferência como essa, pela primeira vez realizada no Brasil, convém questionar-se: ainda podemos pensar que o projeto ecumônico passa irremediavelmente pela Igreja Católica? Co-

locar a pergunta, nos dias de hoje, já significa respondê-la. A realidade é evidente. E o tema das culturas não faz senão torná-la mais evidente ainda. Pentecostes ou Babel: de que lado estamos hoje, concretamente, nós católicos?

ECUMENISMO E MISSÃO

O Metropolita ortodoxo Kirill de Smolensk e Kaliningrad solto um agudo e sofrido grito de revolta pela maneira como grupos cristãos que ele qualificou de "prosélitos" tratam o povo ortodoxo da Rússia. Reclamou com vigor contra o "fluxo de missionários dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e da Coréia do Sul que aparecem na ex-URSS, logo depois da queda do comunismo, e atuam como se todo o povo fosse ateu e como se não houvesse aqui uma igreja". Sabemos que entre esses grupos há os missionários católicos que tratam a Rússia como "terra de missão". Alguns não se corrigem mesmo!

A Conferência, embora ainda predominantemente composta de participantes do Primeiro Mundo, teve a coragem de criticar vigorosamente o individualismo, o consumismo e o relativismo da sociedade ocidental. "O cristianismo hoje é marginal na Europa". As grandes decisões políticas tomadas no Ocidente hoje são motivadas por fatores econômicos, não por valores humanos (Mensagem da Conferência). As pessoas praticam uma "espiritualidade privada, baseada nas conveniências". O princípio fundante do cristianismo — a solidariedade — anda longe do mundo ocidental imperante. Emílio Castro, pastor metodista uruguaio que foi secretário-geral do CMI entre 1984 e 1992, acrescenta: "É necessário repensar o Evangelho a fundo". Se não teremos que assistir diariamente, diante da tv, a cenas terríveis como as que acontecem na Sérvia, Croácia, Ruanda, países cristãos.

Eduardo Hoonaert é teólogo e historiador católico.



CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE MISSÃO E EVANGELISMO: CONVITE AO COMPROMISSO

No documento final da Conferência Mundial sobre Missão e Evangelismo, as igrejas são chamadas a participar na missão de Deus em suas diferentes vocações e a estarem abertas ao diálogo com realidades culturais e religiosas diferentes.

A conferência do CMI, realizada em Salvador, Bahia, de 24 de novembro a 3 de dezembro de 1996, que teve como tema geral "Evangelho e Culturas", produziu um documento final que reuniu as principais conclusões dos grupos de trabalho, aprovadas em plenário. Mas não foi só isso: promulgou também algumas recomendações às igrejas-membros à guisa de compromissos que devem ser assumidos como expressões de fidelidade ao Evangelho nestes tempos de globalização e exclusão:

Afirmamos que a verdade do Evangelho é desafiante e importante para todas as dimensões da vida.

- Por isso comprometemo-nos a um inequívoco testemunho do Evangelho da esperança em Jesus Cristo, particularmente nas culturas onde a religião continua a ser relegada à esfera individual e/ou privada.
- Continuaremos a buscar a verdade do Evangelho com sua relevância pública.

Celebramos o fato de que muitas igrejas estão crescentemente se engajando em novas formas de missão, tanto em nível local como global. Notamos, ao mesmo tempo, e com muita tristeza, que muitas das novas expressões de missão levam a formas não éticas de coerção e proselitismo as quais não reconhecem a integridade de igrejas locais e nem são sensíveis às culturas locais — apresentando-se, portanto, como contra-sinais do amor reconciliador de Deus em Cristo.

- Por isso, comprometemo-nos, em tais contextos, a promover o testemunho comum e a renunciar ao proselitismo e a todas as formas de missão que destroem a unidade do corpo de Cristo.
- Continuaremos a buscar, juntos com outros, uma estrutura que possibilite relacionamentos responsáveis no exercício da missão.

Afirmamos que o Espírito derramado no dia de Pentecostes torna todas as culturas veículos dignos do amor de Deus e que nenhuma cultura se constitui na norma exclusiva para o relacionamento de Deus com os humanos. Também afirmamos o diálogo como um meio essencial para o desenvolvimento de relações, para o cultivo de entendimento e para o crescimento em direção da unidade à qual toda a criação é chamada em Cristo.

- Por isso comprometemo-nos a buscar resolutamente o diálogo com as pessoas oriundas de contextos culturais e religiosos diversos; a sujeitar nossa própria cultura à crítica do Evangelho; e a mantermo-nos firmes em nossa determinação de sustentar o diálogo, mesmo em face das diferenças e dos desacordos.
- Continuaremos a explorar as implicações das inter-relações entre nosso compromisso de testemunhar a Cristo e nossa determinação de dialogar com pessoas de outras culturas e expressões de fé.

Afirmamos que o amor inclusivo de Deus abarca e empresta a todas as pessoas a dignidade que lhes é inerente na base de sua semelhança à imagem de Deus, incluindo aqueles que têm sido estigmatizados, discri-

minados, marginalizados e excluídos de participação e auto-expressão.

Muitas pessoas pertencentes a grupos oprimidos internalizam imagens negativas de si mesmas, todavia o Espírito Santo possibilita o despertamento da imagem de Deus nelas, capacitando-as a viverem como pessoas com dignidade e valor.

- Por isso comprometemo-nos a confrontar e a trabalhar para a transformação de estruturas e dinâmicas de vida opressivas, tanto na sociedade como nas igrejas, que ignoram, dessacralizam e/ou destroem a imagem divina nas pessoas.
- Continuaremos a procurar os meios capazes de diminuir as tensões e divisões que surgem quando as igrejas são confrontadas com as legítimas aspirações das pessoas oprimidas.

Afirmamos a soberania de Deus e o senhorio de Jesus Cristo sobre todos os aspectos da vida, incluindo tanto a economia como os meios de comunicação.

- Por isso comprometemo-nos a encontrar modelos alternativos de comunidade, sistemas econômicos mais equânimes e práticas de comércio mais justas na perspectiva do Reino de Deus de justiça e paz que está vindo.
- Continuaremos a buscar caminhos pelos quais a Igreja possa agir no sentido de contrapor-se aos impactos negativos da globalização e buscar maneiras para colocá-los a serviço de toda a humanidade.

Afirmamos que todos os cristãos são chamados a participar na missão de Deus em suas diferentes vocações. Preparar os santos de Deus para o trabalho ministerial é crucial.

- Por isso, comprometemo-nos a apoiar os processos relevantes de educação para a missão de todas as pessoas, especialmente os jovens.
- Continuaremos a buscar novas maneiras de explicitar os dons do Espírito presentes em todos os membros do corpo de Cristo, para que possam participar plenamente na totalidade da vida e missão da Igreja.

FIM DA FOME: UM DESAFIO A SER VENCIDO

Mara Lúcia Martins

*É preciso que o nosso sangue se inflame
E que nos incendiemos
Para que os espectadores se comovam
E o mundo abra enfim os olhos
Não sobre nossos despojos
Mas sobre as chagas dos sobreviventes.*
(Kateb Yacine)

Acada dia morrem de subnutrição no mundo cerca de 35 mil pessoas das quais a metade são crianças. A cada noite 840 milhões da população mundial vão para cama com fome. Esses dados alarmantes foram divulgados pelo Banco Mundial aos líderes mundiais e delegados de 173 países reunidos no final do ano passado em Roma, na Conferência da FAO (Organização de Agricultura e Alimentos das Nações Unidas).

Essa reunião, promovida inicialmente para tentar solucionar os problemas da fome, foi marcada principalmente pelos apelos desesperados e críticas indignadas de vários oradores, contrariando até mesmo o protocolo e a diplomacia. Entre elas, as do papa João Paulo II que reclamou o fim dos embargos econômicos decididos por razões políticas contra populações civis e a redução das dívidas que pesam sobre diversas nações. Seu discurso, muito forte e de grande veemência, advertiu os poderosos da comunidade internacional sobre a disparidade entre a existência de tantos famintos em

contraponto com outros tantos cujo “drama” é comer menos.

Por intermédio de seus cientistas, o Banco Mundial elaborou um relatório divulgado pela conferência que declara que o mundo atravessa uma crise na produção de alimentos e a humanidade corre o risco de enfrentar o “pesadelo inimaginável” de uma fome mundial. Em 82 países, metade deles na África Negra, a produção agrícola não basta para alimentar a população e é preciso haver maior comoção do mundo diante dessa catástrofe para que a ajuda chegue a esses países. (Veja quadro abaixo)

MEDIDAS CONSCIENTES E EMERGENTES

Capitalismo, neoliberalismo, leis de mercado selvagem, dívida externa, subdesenvolvimento, intercâmbio desigual, gastos com armamentos e cuidados com a silhueta são os responsáveis diretos ou não dentro de uma infinidade de culpados. O que a FAO deseja com a declaração feita pelo Banco Mundial é alertar países desenvolvidos para manterem esforços e reduzirem à metade, nas próximas duas décadas, as mortes por fome no mundo.

Na reunião foi colhida a assinatura dos chefes de Estado e de governo como comprometimento para pôr em prática mecanismos concretos capazes de reduzir até o ano 2015 o total de 84 milhões de famintos que povoam o pla-

neta. Senegal Jacques Dionf, presidente da FAO, disse na ocasião: “A batalha contra a fome é a única que merece ser sustentada, porque leva-nos a preservar a vida e a consolidar as bases da paz. É preciso ampliar o programa especial para a segurança alimentar nos 82 países de baixa renda, com a sustentação dos países ricos”.

Apesar de um plano de ação mais modesto do que o de 1974 — quando os governos anunciaram que em uma década ninguém teria mais fome —, medidas como o envio de tropas americanas para o Leste do Zaire foram tomadas. Foi criada também uma força multinacional que será dirigida pelo Canadá e que permitirá a chegada de ajuda humanitária a mais de um milhão de refugiados hutus dos vizinhos Ruanda e Burundi e de zairenses fugidos da luta interna que é travada no país. Essa força multinacional agirá por mandato expresso do Conselho de Segurança da ONU e contará com a participação de no mínimo doze países, tais como África do Sul, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália.

Por ocasião da conferência da FAO o presidente de Cuba, Fidel Castro, foi agraciado com uma das seis vice-presidências da Cúpula Mundial de Alimentação. Em discurso não menos veemente do que dos outros oradores, ele salientou: “Os sinos que hoje dobram pelos que morrem de fome a cada dia, dobrarão pela humanidade inteira se não quis, não soube ou não pôde ser suficientemente sábia para salvar-se a si mesma”.

Mara Lúcia Martins é jornalista e integra a equipe de KOINONIA.

Fontes: Jornal do Brasil, 13-14/1/96; Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 164, 12/96 e *A fome: crise ou escândalo?* Melhem Adas. São Paulo, Moderna, 1988.

Em 1971 eram 918 milhões de famintos, hoje são 840 milhões. A FAO pretende reduzir para 420 milhões em 2015

A desnutrição infantil atinge 20,4% das crianças na América Latina, 28,4% das crianças na África subsaariana e 13,4% das crianças na Ásia e norte da África

A produção de cereais aumentou 6,9% em 1996, mas o comércio desse alimento está em 184 milhões de toneladas, 18 milhões a menos do que em 1995

A ajuda alimentar aos países pobres em 1996 foi de 5,7 milhões de toneladas, 2,2 milhões de toneladas a menos do que em 1995

O PAPEL DA RELIGIÃO NAS ELEIÇÕES DA NICARÁGUA

Roberto Zub

A grande novidade das eleições gerais na Nicarágua foi a presença dos movimentos políticos evangélicos, além do uso da linguagem e dos símbolos religiosos para se obterem votos. Manipulações de última hora selaram a vitória de forças conservadoras

Em 20 de outubro do ano passado realizaram-se eleições na Nicarágua para a escolha de presidente, vice-presidente, 70 deputados departamentais (estaduais) e 20 nacionais (federais), 20 deputados para o Congresso Centro-Americano, além de 145 prefeitos e centenas de vereadores. Concorreram 24 partidos e 30 movimentos políticos e cada eleitor teve que marcar seis cédulas diferentes que, em conjunto, mediam quase um metro de comprimento.

A campanha eleitoral foi de grande rivalidade, mas pobre de conteúdo. Em geral se resumiu à recomendação do voto em cascata, ou seja, pela escolha de uma mesma opção em todas as eleições. Não houve debate sobre as propostas de governo dos principais postulantes, Arnoldo Alemán (Aliança Liberal) e Daniel Ortega (Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN).

A votação foi marcada por numerosas irregularidades, tanto logísticas como na contagem dos votos e na transmissão dos resultados aos órgãos eleitorais. Por causa desses problemas, o Conselho Supremo Eleitoral demorou 19 dias para anunciar o resultado final oficial. Arnoldo Alemán, com 51% dos votos, foi eleito presidente, seguido por Daniel Ortega, com 37,7%. O candidato evangélico Guillermo Osorno, do partido Caminho Cristão Nicaraguense (CCN), ficou em terceiro com 4,1% (72.621 votos), e em quarto lugar o Partido Conservador, com 2,2% dos votos. Os 20 partidos restantes reuniram em conjunto 5% dos votos, entre eles o também evangélico Partido de Justiça Nacional, com 0,32% dos sufrágios.

As forças que dominam o cenário político da Nicarágua — Aliança Liberal e Frente Sandinista — estão muito rivalizadas e é difícil que mudem de atitude em curto prazo. Entretanto, depois de eleito, Alemán, que assumiu a presidência no dia 10 de janeiro, adotou um tom moderado e conciliador. Mas o ceticismo é quase generalizado.

FORÇA EMERGENTE

As novidades da campanha eleitoral foram a presença e o crescimento dos movimentos políticos evangélicos e o uso da linguagem e dos símbolos religiosos por parte de quase todos os candidatos. Os evan-

géticos se apresentam como uma força emergente, cujo futuro dependerá do comportamento dos deputados eleitos. Os pentecostais do CCN são quatro; um evangélico foi eleito pela FSLN e cinco provêm da costa atlântica.

Osorno, que postulou à presidência e foi eleito deputado pelo CCN, lembrou que se opunha à participação evangélica na política, mas que em 1994, durante uma visita a Israel, Deus o obrigou a mudar de opinião. Afirma que não existe superhomem, nem superpartido que possa mudar a Nicarágua, mas somente Cristo. A sigla do seu partido também significa “Cristo Cambiará (mudará) a Nicarágua”. Sua campanha baseou-se na boa reputação que têm os evangélicos entre a população e evitou o confronto com os católicos.

Numa Assembléia onde nenhum dos grandes partidos dispõe de maioria, os evangélicos terão um papel de equilíbrio que pode ser decisivo. Mas os deputados do CCN e seus irmãos necessitarão de assessoramento e acompanhamento espiritual para ter um papel digno e promover novas esperanças.

O outro aspecto notável da campanha eleitoral foi a utilização da linguagem e dos símbolos religiosos pelos candidatos. Naturalmente, o Caminho Cristão incidiu no tema. Seu lema, “Se você crê em Deus, marque o dois”, teve grande

O envolvimento das altas autoridades da Igreja Católica complicou os resultados e agora coloca as novas autoridades ante uma perspectiva de ingovernabilidade

impacto, assim como seu *spot* televisivo, no qual um raio de luz descia do céu para assinalar na cédula o quadrilátero do CCN.

O esquerdista Ortega utilizou em sua propaganda fotos de entrevista que teve com o cardeal Miguel Obando e com líderes evangélicos. Seu discurso no encerramento da campanha começou com uma invocação a Deus e terminou pedindo "que Deus abençoe nossas famílias, nosso povo e a humanidade". Seu porta-voz, o jornal "Barriada", usou o número 12, que correspondia ao FSLN nas cédulas, lembrando as 12 tribos de Israel, as 12 pedras do rio Jordão, os 12 apóstolos e outras conotações esotéricas. Há dúvidas de que o recurso religioso tenha tido efeitos positivos num eleitorado esquerdista; alguns pensam que o resultado foi, na verdade, contrário ao que se pretendia.

APOIO DECISIVO

A Aliança Liberal, por sua vez, recebeu um apoio efetivo do cardeal Obando e da hierarquia católica. O bispo Silvio Fonseca, responsável pelo Departamento de Educação da Igreja Católica, advertiu os jovens para que não se deixassem enganar pelas falsas imagens e que existem diabos que se vestem de anjos de luz.

NICARÁGUA

Nome oficial: República da Nicarágua
Capital: Manágua
Nacionalidade: nicaragüense
Idioma: espanhol (oficial), inglês
Religião: cristianismo (maioria católica, episcopais, batistas)
Moeda: córdoba nova
Localização: centro-oeste da América Central
Área: 130.700 km²
População em 1995: 4,4 milhões
Densidade (hab/km²): 33,66
Regime de governo: república presidencialista
Chefe de Estado (e de governo): presidente Arnoldo Alemán
Organização do Legislativo: unicameral — Assembléia Nacional, com 92 membros eleitos por voto direto para mandatos de 6 anos
Constituição em vigor: 1987

Fonte: Almanaque Abril/1996.

O cardeal Obando teve sua imagem de mediador e árbitro das decisões mais importantes do Estado profundamente comprometida pelo apoio aberto que deu a Arnoldo Alemán. A lei eleitoral estabeleceu que a campanha devia terminar no dia 16 de outubro, e que a partir da meia-noite desse dia estava proibida qualquer propaganda. Entretanto, o prelado celebrou uma missa na Catedral na quinta-feira, dia 17, na

qual convidou Alemán e seu candidato a prefeito de Manágua, Roberto Cedeño, a lerem o Evangelho. Diante das câmeras de televisão Alemán leu Efésios 1.4 onde está escrito: "Fomos escolhidos por Deus antes da fundação do mundo para que fôssemos santos e sem mancha diante dEle".

Na mesma missa, monsenhor Obando utilizou a parábola da serpente moribunda, que revive pelo calor que lhe oferece um homem compassivo, e morde quem a salvou. Isso foi interpretado como alusão ao candidato sandinista Ortega.

Não há dúvida de que a missa foi planejada para que os 16% de indecisos, segundo a indicação das pesquisas, se decidissem em favor do candidato liberal.

Os analistas consideram que Obando agiu dessa maneira porque temia um triunfo dos sandinistas e porque lhe preocupava também o avanço dos evangélicos.

Provavelmente a fraude eleitoral e a missa do cardeal foram atos desnecessários. Tudo fazia crer que a FSLN perderia as eleições, mesmo que estas fossem limpas. O envolvimento das altas autoridades da Igreja Católica complicou os resultados e agora coloca as novas autoridades ante uma perspectiva de ingovernabilidade, além de deixar uma mancha permanente na história dos processos eleitorais nicaraguenses. A atitude do cardeal indica que a Igreja não perdoa os sandinistas e isto é um mau sinal para a esperança e a reconciliação dos nicaraguenses.

Roberto Zub é sociólogo e ex-assessor do Centro Antonio Valdiviezo, Manágua/Nicarágua.

Fonte: *Política y Sociedad*, ano 1 nº 2, janeiro de 1997. Tradução: Zwinglio Dias.

COLÔMBIA E ESTADOS UNIDOS: TENSÕES NA GUERRA SUJA

Coletta Youngers

Obcecado com a coca e a cocaína na Colômbia — e com uma visão estreita do problema —, o governo dos Estados Unidos perde de vista outras metas políticas

As manobras cenográficas relacionadas com o tema das drogas durante a campanha presidencial nos Estados Unidos reforçaram as fracassadas políticas internacionais antidrogas baseadas na militarização. A tendência dos anos recentes se viu revertida, quando eram caracterizadas por um interesse menor para o financiamento de programas antidrogas em nível internacional.

Agora o governo norte-americano está novamente aumentando a assistência militar com consequências potencialmente graves para a situação dos direitos humanos. Isto se torna particularmente evidente na Colômbia, onde os Estados Unidos estão se envolvendo profundamente na guerra mais suja do Continente.

A omissão ou indecisão do presidente Samper de cumprir as exigências antidrogas dos Estados Unidos levaram a relações tensas com o governo civil eleito e fortaleceram as relações com as Forças Armadas e policiais colombianos. Sem interesse de estabelecer contatos com o governo de Samper, os funcionários norte-americanos se voltaram diretamente às cúpulas militares colombianas.

A nova disposição, por parte das Forças Armadas colombianas, de acolher a guerra antidrogas facilitou essas relações. Tal como assinalou o general Harold Bedoya, comandante geral das Forças Militares, numa recente entrevista ao *Washington Office on Latin America* (WOLA): "Os Estados Unidos mudaram sua percepção acerca dos militares colombianos". As recompensas para as Forças Armadas colombianas — e para o Exército em particular — são tangíveis. Pela primeira vez, desde 1994, os Estados Unidos estão oferecendo apoio direto ao Exército e autorizaram a venda de doze helicópteros armados Blackhawk no valor de US\$ 169 milhões. O apoio estadunidense oferecido anteriormente chegava a ir diretamente para algumas unidades do Exército colombiano com os piores antecedentes; os helicópteros Blackhawk foram empregados para bombardear aldeias locais.

GUERRA NORTE-AMERICANA

Autoridades colombianas afirmaram que os novos helicópteros seriam empregados para a erradicação de cultivos de coca nas regiões de Guaviare, Puntumayo e Caquetá, nas quais o exército colombiano lançou uma importante ofensiva contra a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Os líderes das comunidades locais descrevem o processo de erradicação: em primeiro lugar o Exército desocupa as áreas selecio-

nadas, saqueando e queimando casas e forçando as pessoas a abandonarem o lugar. Em seguida os helicópteros descem e bombardeiam a área no caso de algum morador resistir à desocupação. Finalmente, aviões protegidos pelos helicópteros regam o local. Dada a preocupação dos Estados Unidos com a verificação dos objetivos da erradicação e com o êxito das FARC em derrubar os aviões, logo estes serão conduzidos por pilotos norte-americanos contratados em forma privada, o que torna esta guerra cada vez mais "norte-americana".

O governo dos Estados Unidos está obcecado com a coca e a cocaína na Colômbia. Sua visão limitada do problema tem feito com que se percam de vista outras metas políticas. A promoção dos direitos humanos e da democracia foi posta de lado, substituída por uma estreita aliança com as Forças Armadas e a política da Colômbia e pela tolerância ou o apoio a uma guerra suja. Quantas vidas mais deverão ser perdidas até que os Estados Unidos entendam que esta guerra antidrogas está errada?

Coletta Youngers é membro do Comitê de *Washington Office on Latin America* (WOLA).

CONCENTRAÇÃO DE RENDA AUMENTA NA ARGENTINA

Na Argentina, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres. Esta é a conclusão de um estudo com base em dados coletados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Inec) e publicado pelo jornal *Clarín*. Seis anos após a adoção do Plano Cavallo de estabilização da economia, os 10% mais pobres da cidade e da Grande Buenos Aires têm 1,6% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 36,3%, ou 22 vezes mais. Isto significa, segundo os analistas, que a estabilidade de preços e o crescimento econômico não atenuaram, mas agravaram as desigualdades sociais. "Com este contraste, a Argentina passa a ter uma distribuição de renda muito parecida com a do resto dos países latino-americanos que no passado sonhavam em imitar nossa realidade so-

cial", explicam os dois responsáveis pelo trabalho, Luis Beccaria e Alberto Orsatti.

O aumento da brecha na distribuição de renda ocorreu num período em que a economia cresceu em média quase 7% ao ano e o desemprego passou de 7% para 17,3% da População Economicamente Ativa (5,2 milhões de pessoas). "A produção maior não é garantia de uma melhoria social, e o problema não é só fazer o bolo, mas como ele é repartido", destacou *Clarín*, analisando a pesquisa.

Fonte: Jornal do Brasil, 17/2/97.

Manifestações populares na Argentina contra plano neoliberal

Marcelo Oliveira / Mira



PARTICIPAÇÃO NA RENDA NACIONAL

	1974	1996
30% mais pobres	11,2%	8,2%
Classe média baixa	22,3%	18,7%
Classe média alta	38,3%	36,8%
Classe alta	28,2%	36,3%

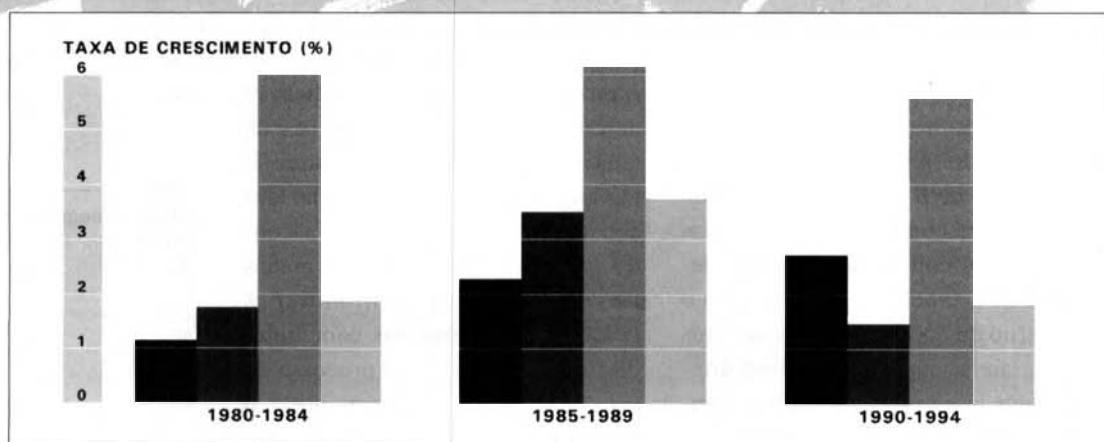
O NÍVEL DE VIDA NA AMÉRICA LATINA – ANÁLISE COMPARATIVA

A América Latina teve um desempenho econômico pior que o do resto do mundo na década de 1980. Recuperou-se na primeira metade dos anos 90, ainda que em um nível de crescimento bem inferior ao dos países da Ásia Meridional e Oriental (China, Coréia, Taiwan, etc.)

Fonte: CEPAL/Banco Mundial

LEGENDA

- América Latina
- Países desenvolvidos
- Ásia Meridional e Oriental
- Mundo



SOLIDARIEDADE EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Jorge Atílio Silva Iulianelli

Durante as enchentes que castigaram o Rio de Janeiro no início do ano passado, um grupo de pessoas se organizou para, em primeiro lugar, atender às exigências emergenciais de vestuário e alimentação, e, logo em seguida, apoiar algumas famílias num projeto de reconstrução das casas e da comunidade. Integrantes da associação de moradores, das Igrejas Católica, Metodista Ortodoxa e Assembléia de Deus, num esforço ecumênico, resolveram assumir o desafio de criar mecanismos de solidariedade numa tarefa-missão: animar os desesperançados

As enchentes de 1996, no Rio de Janeiro, fizeram grandes estragos. Num dos locais mais atingidos, a baixada de Jacarepaguá, uma tromba d'água fez as encostas dos morros do Grajaú e de Jacarepaguá se transformarem em verdadeiras cachoeiras de lama e elevarem os níveis dos rios e canais da localidade. Várias famílias perderam tudo: roupas, móveis e a própria moradia.

Entre as comunidades afetadas encontra-se a do Canal do Anil, ocupação urbana com uma população de

oito mil famílias que lá se instalaram como uma alternativa. Trata-se de uma população que tem sido, em sua maioria, mão-de-obra utilizada na área de construção civil em função das obras de infra-estrutura para o então nascente bairro da Barra da Tijuca.

Nessa comunidade, há anos organizou-se uma associação de moradores, voltada para criar serviços que favoreçam a população. Há a presença de igrejas protestantes e pentecostais, tais como: Assembléia de Deus, cujo pastor — e também pedreiro — é morador na comunidade; Igreja Batista; Igreja Pentecostal Deus é Amor; e mais recentemente Igreja Metodista Ortodoxa. Todas elas preocupadas em favorecer uma vida de fé para os moradores, abrindo um espaço para a experiência dignificante da fraternidade cristã e de fortalecimento da dignidade e da auto-estima.

Recentemente, formou-se na comunidade a Capela de São Pedro do Anil, e para agilizar as ações sociais e solidárias na comunidade foi criada a Associação dos Amigos e Freqüentadores da Capela do Anil. Essa associação tem estimulado cursos de saúde, a criação de um curso de computação para os jovens, e foi a principal articuladora para a formação de um ambulatório de saúde conduzido por agentes comunitários apoiados pelo Viva Rio. E, ainda, protagonizou a ação emergencial e solidária aos atingidos pela enchente.

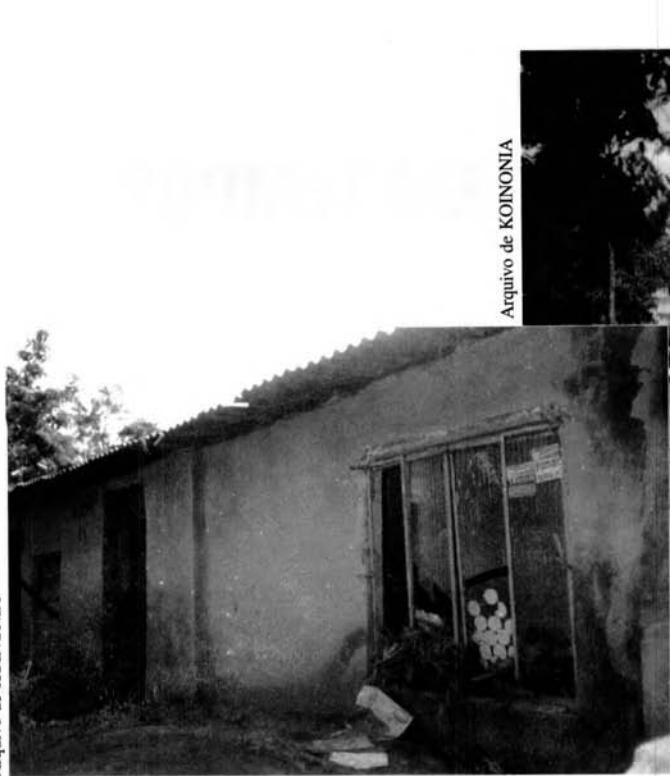
A Associação procurou apoio em diversos grupos na sociedade civil para enfrentar as dificuldades que vie-

ram com as chuvas. Entre os grupos procurados estava KOINONIA. Juntamente com a equipe da associação buscaram-se recursos para atender às emergências com o Conselho das Igrejas de Cristo dos Estados Unidos da América e com a ajuda de igrejas da Noruega. Houve uma contribuição inicial que possibilitou a compra de roupas e alimentação e a reconstrução imediata de algumas casas, além de um apoio maior para a reconstrução de 130 casas.

AUTOCONSTRUÇÃO E SOLIDARIEDADE

Os protagonistas dessa missão são voluntários que fazem parte da associação e que reuniram, em torno da situação de emergência, outros atores da comunidade. Desse modo, formou-se um grupo de treze voluntários, constituído por integrantes da Associação de Moradores, de igrejas evangélicas e da própria Associação dos Amigos e Freqüentadores da Capela. Cada voluntário selecionou dez famílias, entre as mais de seiscentas afetadas pelas chuvas. O critério utilizado era duplo: necessidade (prejuízo total ou quase total do imóvel) e capacidade para a autoconstrução. Para que as autoconstruções pudessem se dar sem transtornos com a recepção de material e garantindo o mínimo da execução dos critérios técnicos foi constituído um grupo de serviço de construções para receber e distribuir o material, orientar as autoconstruções e, em certos casos, dar apoio de mão-de-obra.

Como o principal desafio era o da



Casa da comunidade do Anil depois de atingida pelas chuvas de 1996

Arquivo de KOINONIA



Canal do Anil já em fase de recuperação depois das enchentes



Reconstrução das casas

Arquivo de KOINONIA

autoconstrução, o que implica num esforço muito grande para os moradores que têm de se manter nas atividades de subsistência e enfrentar uma jornada extra de trabalho, a criatividade dos voluntários para o estímulo dos moradores e a criação de relações solidárias efetivas envolvendo os diferentes atores-voluntários eram de importância ímpar. Autoconstrução e solidariedade representam um binômio explosivo e difícil. É, em parte, verdade que o Real elevou o nível médio de poder aquisitivo dos mais empobrecidos, mas isso às custas de um empenho profissional muito maior: os empobrecidos estão "se virando".

Mulheres e homens estão empenhados nas construções das próprias casas. Entre setembro e dezembro de 1996, haviam sido iniciadas 45 casas, e neste momento, são 123 casas. Como isso tudo tem se dado? Houve o estímulo de mutirões que aconteceram na comunidade apoiados pelos jovens da paróquia do Loreto. Houve festas realizadas pela Igreja Metodista Ortodoxa a fim de arrecadar recursos

que permitissem contratar pedreiros free-lancers para atender a pessoas que não tinham como dar encaminhamento ao processo de autoconstrução.

COMUNIDADE DINÂMICA

O Canal do Anil é uma comunidade dinâmica. A Associação de Moradores, por exemplo, tem mantido uma creche comunitária totalmente subsidiada pelos próprios moradores; conseguiu assegurar a continuidade do projeto Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro—Associação para a atuação de agentes comunitários de limpeza urbana, fundamental para evitar o lançamento de lixo no

Canal. Trata-se de uma comunidade que se empenha para tornar o lugar da vida num lugar de vida, buscando saúde e higiene e também tranquilidade para viver sob uma casa que não fique sob as águas.

Existe o trabalho do ambulatório e dos agentes de saúde comunitários, o qual representa uma ação da sociedade civil que precede o poder público: fortalecer um sistema de saúde preventiva, muito mais eficiente e potente que um sistema de saúde curativa. Os agentes de saúde acompanham a saúde de várias famílias da comunidade, fazendo exames básicos, além de orientações de higiene e saúde. Ini-

ciado num empenho pastoral (Pastoral da Saúde), desdobra-se numa inovação de ação civil.

A novidade do grupo dos treze voluntários é, por um lado, a urgência da enchente, mas, por outro, brotar da perspectiva de ser o Cristianismo muito maior que as instituições eclesiásticas. Cristianismo é ação humanizadora, e por isso ação solidária. Isso ajuda a compreender o envolvimento do pastor e de vários membros da Igreja Metodista Ortodoxa, assim como de várias irmãs e irmãos da Assembléia de Deus, ultrapassando qualquer barreira religiosa confessional para construir uma solidariedade efetiva com os que precisam. Não é um ecumenismo teórico, mas prático, vivido no enfrentamento dos dilemas dos processos de autoconstrução na comunidade.

TRÊS CASOS DE ECUMENISMO

EXPLÍCITO

No dia 15 de setembro de 1996 começaram as construções. Na reunião que antecedeu esse início foi discutido sobre o que era iniciar essa ação solidária. Foi visto que era assumir a missão de ser cristãos: amar o próximo. A conclusão foi: vamos pedir uma bênção ecumênica para esse nosso projeto. Nesse dia todos fomos até a casa de José Arnaldo, a primeira das 130, e pedimos a Deus que abençoasse a iniciativa. A casa é próxima à Igreja Metodista Ortodoxa, estavam lá o padre, católicos, metodistas, assembleianos. Quem estava apoian- do a construção da casa do José?

Dona Efigênia é uma senhora negra, quase paralítica e cega. Perdeu tudo. A filha com quem mora é alcoólatra e algumas vezes tentou matá-la. Dona Wanda, ministra da Eucaristia, preocupou-se com a situação dela, trouxe a questão para o grupo dos voluntários, que assumiram a proposta dela. O que é uma prioridade quando todos enfrentam precariedade? O prioritário é possibilitar o impossível. Mas, essa perspectiva escapa às avaliações técnicas, é necessário haver

outros critérios orientadores das ações. Os valores que orientaram decisões como essas eram inspirados pela unidade de fé do grupo.

Ambrosina é assembleiana, a família também. Ela foi criada no Canal do Anil e sempre participou da Assembléia de Deus. Quando começou a ser formado o grupo de voluntários ela logo quis participar. Durante todo o processo tem afirmado que essa atividade é para ela uma bênção: pode conhecer mais pessoas, entrar na casa de quem desconhecia ou que apenas conhecia de ver na rua, e todos têm se tornado um pouco amigos dela. Esse testemunho da Ambrosina é bastante similar ao dos outros voluntários. E é por isso que se tem falado que nesse projeto estão sendo construídas e reconstruídas casas e relações comunitárias.

A criatividade dos voluntários para o estímulo dos moradores e a criação de relações solidárias efetivas envolvendo os diferentes atores-voluntários eram de importância ímpar

OLHANDO PARA O FUTURO

Todo o processo de resposta a uma situação de emergência tem comprovado que, malgrado as análises do recrudescimento dos movimentos sociais, as comunidades permanecem despertas e oferecendo alternativas criativas aos próprios problemas. Seguramente, reconstruir casas numa área com riscos de enchentes não parece nada razoável. Todavia, os riscos de enchentes existem, também, pela inoperância dos poderes públicos, municipal e estadual. Trata-se, por conseguinte, do binômio socieda-

de civil-poder público. Nada adiantaria o conjunto de ações solidárias se elas não vislumbressem o envolvimento do poder público para a solução ou a minoração das situações de risco para a comunidade do Canal do Anil.

Há uma discussão em curso entre os voluntários sobre a formação de uma Cooperativa de Construção a partir dessa experiência. Por quê? Porque, muito embora 130 famílias estejam sendo atendidas, avalia-se em 600 o número de famílias mais afetadas pelas enchentes de 1996. Além disso, nesse momento está sendo constituído um curso pré-vestibular para negros e carentes, promovido por um grupo da Associação dos Amigos e vai acontecer nas dependências da Igreja Metodista Ortodoxa. Há também a proposta de uma atividade educativa para cuidar do lixo, em conjunto com a Associação de Moradores.

Uma constatação é óbvia: entre ação solidária promovida pela sociedade civil, especialmente pelos setores mais empobrecidos, e ecumenismo há uma relação direta: um e outro se interpenetram. Esse ecumenismo solidário, em algum momento chamado de popular, é vigoroso. Todavia, como ele apresenta-se como resposta a desafios concretos, a sua longevidade pode não ser muito grande. Mas, como os desafios são muitos, pode haver muitas faces dessa experiência de ecumenismo solidário. O que importa é a criação de novas dinâmicas de interação na comunidade.

A Comunidade do Canal do Anil, assim como outras pelo Brasil afora, revela uma face do ecumenismo: ele é dos pobres e é cidadão. É um ecumenismo que nasce da força dos fracos e alimenta a cidadania eclesial e social.

Jorge Atílio Silva Julianelli é mestrande em Filosofia. Integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

ENCHENTES: QUEM TEM POUCO PERDE TUDO; QUEM TEM MUITO NADA PERDE

Hélio e Selma Amorim

Como todo ano, em datas devidamente agendadas pela natureza, embora com alguma imprecisão geográfica, as chuvas inundam e matam. Fica a impressão de que esse dom da natureza, que dá vida e fertiliza a terra, perde a cabeça uma vez por ano e sai destruindo vidas e bens materiais, com uma fúria misteriosamente voltada somente contra os mais pobres. Essa é a impressão que nos passam as terríveis cenas captadas pelas câmaras de TV, que as classes médias assistem confortavelmente instaladas em suas casas seguras, sem muita emoção. Para estas, "a chuva no telhado é cantiga de ninar", como diz a canção. A monótona repetição anual dessas tragédias e o fato de não atingirem gente que tem peso social fazem dessas cenas simples eventos rotineiros, lamentáveis, que saem do noticiário logo que o sol retorna.

Os poucos privilegiados mais sensíveis, entretanto, não conseguem dormir direito depois de assistir ao noticiário de TV. O que vêem? Em primeiro lugar, o desespero de muitos temperado pelo conformismo fatalista de outros tantos. As mortes são choradas, enquanto a sobrevivência dos que escaparam explode em agradecimentos a Deus que os livrou — e que por algum desígnio misterioso não se preocupou em salvar os outros (!). Há os que choram pela perda da casa ("para onde iremos?") e dos móveis, fogões, geladeiras e do sonho realizado da TV comprada com litros de suor, tudo reduzido a sucata ou levado pela correnteza. Outros sorriem para dizer que "o importante é estar vivo", incorporando a postura conformista do "vão-se os anéis, ficam os dedos". E... "até para o ano, se Deus quiser"!

A SOLIDARIEDADE CONTRA O DESCASO

Em segundo lugar, vêem a solidariedade comovente que há entre os pobres. Nos abrigos improvisados, unidos pela desgraça comum, as tarefas são divididas, crianças que perderam os pais são acolhidas, mantimentos, roupas e agasalhos que chegam são repartidos. Também a solidariedade dos que não foram atingidos: os presos de uma penitenciária de Belo Horizonte doam os mantimentos de um jantar, e naquela noite vão dormir com fome. Duas kombis carregadas de colchonetes e alimentos trazem a colaboração dos moradores de uma favela vizinha não tão castigada

pelas águas. Não se pode deixar de reconhecer: dentre aqueles espectadores privilegiados do noticiário, muitos saem do conforto seguro de suas casas e se apresentam como voluntários nos postos de socorro e abrigos improvisados, em escolas e igrejas transformadas em hospedarias precárias. Em alguns postos, surgem os avisos: "Já não faltam voluntários, voltem para casa". Só que essa solidariedade extrema costuma ser pouco duradoura.

Passado o choque dos primeiros dias, já ninguém se interessa em saber que destino tiveram os desabrigados, os que perderam tudo. Ou se as vidas perdidas desagregaram famílias ou as condenaram a uma miséria maior, sem indenizações ou compensações — geralmente prometidas no primeiro momento.

E o pior: nada se faz para que no ano seguinte as coisas sejam diferentes. Os rios e valas continuarão sem dragagem, as encostas continuarão desprotegidas, a miséria continuará obrigando famílias a ocuparem e construirão suas precárias habitações em áreas de risco, não será criado nenhum seguro social para os pobres que se pareça com os variados seguros com que se protegem as classes médias.

O motivo é sempre o mesmo: trata-se de um problema que não atinge as classes de poder decisório ou peso social, capazes de decidir ou exigir que a sua solução seja prioritária nas políticas dos governos. No máximo, continuará como um item a mais na vasta e vaga agenda de questões sociais. É verdade que já se anunciam, em alguns grandes centros urbanos, programas municipais promissores para a urbanização de favelas e remoção de famílias de áreas de risco para casas seguras. Mas o tamanho do problema parece muitas vezes maior que o das soluções, o que nos faz prever, por muitos anos ainda, novas tragédias para os que, tendo pouco, tudo perdem. Inclusive vidas e esperança. Não é justo!

Hélio e Selma Amorim são vice-presidentes da Confederação Internacional dos Movimentos Familiares Cristãos e editores da Revista "Fato & Razão" do MFC. Integram a Rede de Cristãos de Classes Médias. Extraído do Boletim Rede, nº 49, janeiro/97.

ENTREVISTA COM SEBASTIÃO GAMELEIRA SOARES

UM JEITO DE LER A BÍBLIA A PARTIR DOS POBRES

O Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) é uma das instituições ecumênicas no Brasil que se dedica a assessorar comunidades no exercício do que chamam leitura popular da Bíblia. Trata-se de um trabalho em mutirão, no qual, segundo o ex-diretor nacional e atual coordenador do Programa de Formação, o bíblista anglicano Sebastião Gameleira Soares, “ninguém é doutor, todo mundo é aprendiz”. Nesta entrevista, ele fala sobre os objetivos e os projetos realizados pelo CEBI

Como e há quanto tempo surgiu o CEBI?

O CEBI surgiu há 17 anos. Foi durante o tempo da ditadura militar. A Igreja estava muito preocupada com o sofrimento do povo: muita gente presa e até torturada (políticos, intelectuais, operários, camponeses, religiosos, freiras...), os sindicatos perseguidos, agricultores mortos... A Igreja abriu-se como espaço de liberdade e de organização para o povo, e os leigos, atuando nas comunidades organizadas, se sentiam realmente Igreja. Começou-se a falar de opção pelos oprimidos.

O CEBI veio para ajudar o povo das comunidades a achar a sua força na Palavra de Deus; a fortalecer a espiritualidade do compromisso com a mudança da sociedade; a recuperar a autonomia de seu pensamento e de sua ação na Igreja e no mundo. Não era

suficiente organizar-se e agir (política), era preciso sentir que “nossa rochedo é o Senhor” (mística). Foi por isso que nasceu o CEBI, porque na Bíblia tem essa experiência de juntar, intimamente, profundamente, política com mística. É isto o que se chama de “espiritualidade bíblica”.

Como o CEBI se faz presente no Brasil?

O CEBI está presente em todos os estados do Brasil. Tem partilhado sua experiência com grupos e comunidades de diversos países de nossa América Afro-Latíndia, por meio do Programa Comum de Bíblia, patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas, na rede latino-americana de organismos ecumênicos. Nos últimos anos tem entrado em contato com grupos da Europa e, mais recentemente, da África.

O mais importante, na sua organização, são os grupos de base nas comunidades, tanto nas cidades quanto na área rural. Aí é que se dá o momento mais alto do CEBI, quando as pessoas do povo, reunidas em comunidade, tomam a Bíblia nas mãos e têm a coragem de ler o texto para, ajudadas por ele, escutar hoje a Palavra de Deus em sua vida.

Cada estado tem a sua equipe de coordenação que articula o trabalho bíblico, facilitando a comunicação e a partilha entre pessoas, grupos e áreas diferentes. Os estados, por sua vez, se articulam em pólos regionais, mediante uma equipe regional. Em âmbito nacional, temos a Equipe Central (é a diretoria) e o Conselho Nacio-



Arquivo do CEBI

Carlos Mesters, um dos fundadores do CEBI, ao centro do grupo

nal, formado por representantes das regiões. A cada dois anos realiza-se a Assembléia Nacional, com representantes de todos os estados. A assembleia é o órgão máximo de decisão.

Além disso, não há também os chamados programas nacionais?

Sim, é verdade. Há também alguns programas de âmbito nacional. Esses programas são decididos pela assembleia nacional, de acordo com as necessidades e a oportunidade. No momento, desenvolvemos dois programas: formação (reúne quatro aspectos: estudo, espiritualidade, ecumenismo e militância); e publicações. Mantemos também o Serviço de Articulação e Intercâmbio. Tanto os programas quanto o serviço de intercâmbio visam apoiar o conjunto dos estados em suas afinidades e possibilitar relacionamento e articulação entre pessoas e grupos em todo o País. Entre pessoas e grupos do CEBI, e entre gente do CEBI e pessoas, grupos e entidades das pastorais e dos movimentos populares. Sim, porque esse relacionamento para nós é essencial. Não nos interessa ser simplesmente uma organização a mais. O mais importante para nós é sermos como um movimento que vá penetrando sempre mais em todos os ambientes, como fermento na imensa massa da sociedade.

Carlos Mesters diz isso com uma imagem muito sugestiva: "O perfume tem de ir além do frasco!"

A participação no CEBI é restrita a alguma denominação particular?

De modo algum. O CEBI é ecumônico desde a sua origem. O seu ambiente de gestação foram encontros e conversas entre pastores e padres, religiosos e leigos, mulheres e homens. Nasceu em torno do trabalho bíblico que já fazia pelo Brasil afora o frei Carlos Mesters (frade da Ordem Carmelita). O primeiro secretário do CEBI, que fazia equipe com o frei Carlos, foi o pastor Iranildes, da Igreja Metodista, em Angra dos Reis.

Assim, desde o início estavam envolvidos católicos, protestantes e anglicanos. Há gente de várias denominações: Católica Romana, Luterana, Anglicana, Metodista, Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus, etc. E há um grande cuidado para que as pessoas leigas participem em igualdade de condições com as pessoas ordenadas (padres, pastores, pastoras), e as mulheres tanto quanto os homens.

Qual o objetivo do CEBI ao desenvolver os estudos bíblicos?

Ajudar as pessoas, as comunidades, o povo cristão, a desenvolver e assimilar a "espiritualidade bíblica". Isso se faz por meio de uma leitura na qual a Bíblia é luz de Deus para a vida de cada dia e para a luta do povo. Luz para viver o dia-a-dia e também para alumiar a grande estrada da caminhada de todo o povo por um mundo diferente. Luz para ser diferente e para que o mundo seja diferente. Novas pessoas (conversão) e o novo mundo (transformação das estruturas): este é o sonho completo de Deus, desde o Gênesis até ao Apocalipse.

Estudamos muito a Bíblia, lemos atentamente os textos, buscamos até a ajuda da Ciência para isso. Mas o objetivo não é aprender a Bíblia, mas aprender da Bíblia o jeito de ser de Deus: jeito intensamente alegre, fraterno e comprometido com a redenção da vida em todas as suas dimensões. No CEBI tem muita oração, muita cantoria de louvor, muita convivência e partilha, e muito compromisso com as lutas populares. É tão bonito quando se junta tudo isso, sem dualismos nem falsas oposições! E a Bíblia é escola para aprender a unir tudo isso em torno do eixo da Vida, como Deus mesmo faz.

É fácil unir católicos e protestantes a partir desse objetivo?

Esse jeito de ler a Bíblia nós chamamos de "leitura popular" ou "leitura a partir dos pobres". É claro que o fundamento dessa leitura está na maneira como a própria Bíblia percebe Deus. E há dois textos clássicos onde se vê isso claramente: Ex 3.7-10 (Deus é o que escuta o clamor do povo sofredor), e Mt 11.25-30 (aos pequenos é que se revela o segredo do Reino).

Nesse jeito de ler, penso que se chega a uma síntese profunda e empolgante entre a tradição antiga da leitura comunitária e vital, tão própria da Igreja patrística dos primeiros séculos, e o princípio do "livre exame das Escrituras", proclamado pela Reforma. Juntam-se a tradição (a tradição é a vida do povo, a vida coletiva que se transmite para a frente, é o povo na história) e a liberdade ("livre exame"). No CEBI as pessoas recuperam a coragem espiritual e a autonomia intelectual para examinarem pessoalmente as Escrituras. Mas não pensam fazer isso de maneira individual, isolada, seguindo apenas as luzes do próprio pensamento. Pois isso é muito limitado e pode levar para fora da estrada, por desvios perigosos. As pessoas se sentem inseridas na comunidade, na Igreja, e aí vamos assimilando os critérios da leitura "segundo o Espírito", como Paulo nos ensina na segunda carta aos Coríntios, capítulo terceiro. Porque nós somos discípulos e discípulas de Cristo na medida em que acolhemos o testemunho da fé dos apóstolos.

PRESENÇA NACIONAL

O CEBI está articulado em 25 estados brasileiros. Em cada um deles existem coordenações. O CEBI destes estados está organizado em cinco pólos regionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul), cada qual com coordenação regional.

Cada estado está articulado através de sub-regiões, núcleos ou setores. Há em média dez em cada estado, totalizando em torno de 250 em todo o País, cada qual com uma coordenação local.

Ora, acolher esse testemunho não é algo que se faz isoladamente, pois a Igreja é que é apostólica. É nela, na comunidade, que cada pessoa se educa no "senso da fé" (*sensus fidei*), ou seja, adquire a sensibilidade que possibilita abrir-se aos valores da fé. E esses valores são como patrimônio da família. É preciso participar, ser parte, sentir-se membro. Devemos dizer que a "leitura popular da Bíblia" é o "livre exame das Escrituras" exercitado em comunidade, para afinar os ouvidos e clarear os olhos a escutar e enxergar os sinais do Deus que fala e se manifesta na história do mundo. A comunidade é o lugar "sagrado" que nos treina para perceber Deus presente no mundo "profano" — mas se Deus está presente no mundo nada é profano!

Que modalidades de estudo são desenvolvidas pelo CEBI?

A modalidade de estudo mais im-

PUBLICAÇÕES DO CEBI

O CEBI dos estados e dos pólos regionais tem autonomia em relação à sua organização e atividades. Assim, há publicações locais, estaduais e regionais.

Em nível nacional, além do Programa de Formação, há o Programa de Publicações, que atualmente atua basicamente em quatro frentes:

1. Por Trás da Palavra. Boletim editado de dois em dois meses, com o objetivo de divulgação da caminhada, intercâmbio de experiências e reflexão.

2. Série A Palavra na Vida. São 12 números anuais (dois a cada dois meses) e que acompanham o boletim *Por Trás da Palavra*. Trata-se de subsídios bíblicos (temas ou livros) que se destinam especialmente a agentes de pastoral, obreiros e obreiras, lideranças... Boa parte des-

tes números é material para grupos iniciantes (tipo círculos bíblicos).

Obs.: O boletim e esta série são distribuídos por meio de assinaturas (cerca de 2.500 assinantes). A série também é distribuída mediante venda! A tiragem mínima de cada número é de 4.000 unidades.

3. Série Roteiros para Reflexão.

É um conteúdo que se destina a pessoas que já tenham um certo nível de conhecimento bíblico, sendo material para aprofundamento. Atualmente está sendo encaminhada a publicação do quinto volume (ao todo serão doze). Cada volume aborda um determinado bloco bíblico.

4. Publicações avulsas.

Anualmente são editadas várias publicações avulsas, algumas em co-edição com outros centros e editoras.

Em 1996 foram distribuídos mais de 135.000 exemplares de publicações, por meio de assinatura e venda.



Arquivo do CEBI

Assembléia do CEBI. Celebração

portante é o círculo bíblico, aquela reunião semanal, de pouca gente, onde se reza, se canta, se fala da vida e se estuda a Bíblia para achar a luz e o conforto de Deus para o dia-a-dia. E aí acontece uma coisa muito importante: todo mundo tem a palavra, ninguém deve ser "sabido", pois todas as pessoas são ensinadas pelo Espírito Santo. Na Palavra de Deus ninguém

é doutor, todo mundo é aprendiz, como Jesus diz no Evangelho (Mt 11.25-30).

De dois em dois meses aproximadamente, as pessoas se reúnem para um estudo mais prolongado, por exemplo, um sábado todo ou um domingo. Aí tem mais tempo para estudar a Bíblia e para falar e celebrar a vida. E tem uma coisa muito bonita:

cada pessoa traz o seu lanche, coloca-o na mesma mesa e tudo é partilhado fraternalmente na hora do almoço, com ações de graças. É uma vivência da Eucaristia. Eucaristia não é isso, partilha e ação de graças?

Depois há as escolas bíblicas que são um processo mais sistemático, com reuniões mais longas e com a finalidade de capacitar as pessoas para que possam ajudar mais em suas comunidades.

Além disso, há os cursos de formação (por meio de estudo orientado, com duração programada para cinco anos), os encontros e os seminários, para a assessoria. São agentes de pastoral, leigos e clérigos, que se preparam melhor para ajudar nas escolas bíblicas e na formação dos animadores das comunidades. Esses encontros são estaduais, regionais ou até nacionais.

MÁSCARAS

Tenho de confessar que o carnaval me cansa. O desfile das escolas de samba me causa um tédio sem fim. As plumas coloridas, as fantasias caras, o ritmo das baterias, o virtuosismo dos sambistas, o tremor das nádegas e seios nenhuma emoção me provocam a não ser o tédio. O que desfila no sambódromo é de uma mesmice chatíssima, que se repete a cada ano. Quem viu um viu todos.

Isso não se deve a nenhuma implicância minha com o carnaval. Eu até que gostaria de sentir entusiasmo. Pensei, então, que, quem sabe, um carnaval diferente... Quando eu era menino e estudava piano, aprendi a tocar uma versão facilitada do Carnaval de Veneza. Fiquei sabendo, então, que em Veneza há um carnaval famoso. Mas nenhuma idéia eu tinha de como ele era, e ainda não tenho. Exceto que se trata de uma imensa orgia de máscaras que se vendem, o ano inteiro, e eu mesmo comprei algumas.

As máscaras fascinaram Bachelard. Sobre elas escreveu um ensaio em que chama a nossa atenção para o fato de que, antes de existirem como objetos usados para esconder o rosto, as máscaras moram dentro de nós como entidades do nosso psiquismo. Todas as vezes que olhamos para um rosto e ele nos parece misterioso, lugar onde um segredo se esconde, estamos pressupondo que ele não é um rosto, mas uma máscara, uma dissimulação.

Isso já é sabido de longa data. Está dito na palavra “pessoa”, que vem do latim “persona”, que quer dizer “máscara de teatro”. O teatro é algo que precisa de um público para existir. Sem um público ele não tem sentido. As “personae”, as máscaras de teatro, portanto, são usadas para um público. O público vai a teatro para ver a “máscara”, a “representação” de um papel. Não lhe interessa o rosto verdadeiro por detrás da máscara. Esse rosto desconhecido é ignorado pelo público, não tem nome. São máscaras que têm nome. O meu nome, Rubem Alves, não é o nome do meu eu verdadeiro. É o nome da máscara pela

qual sou reconhecido pelo público. É o nome do papel que esse público pede que eu represente. A aplicação do nome “persona”, máscara de teatro, a nós mesmos, implica no reconhecimento implícito de que a vida é uma farsa, uma representação, um carnaval de Veneza.

Não somos nós que pintamos as nossas máscaras. Álvaro de Campos dizia que ele era o “intervalo” entre o seu desejo, o seu eu verdadeiro e aquilo que os desejos dos outros haviam feito dele, a máscara. Essa máscara que se chama pessoa e que é representada pelo meu nome é uma evidência de que eu não me pertenço. Pertenço ao público. Pela máscara tornei-me um peixe apanhado nas malhas das redes do público. Pela máscara não sou meu. Sou deles. Aí eles me fritam do jeito que desejam.

Há um princípio da medicina homeopática que diz que o semelhante se cura pelo semelhante. Sugiro aos psicodramatistas que o carnaval de Veneza é uma terapia coletiva em que esse princípio homeopático é usado: máscaras se curam com máscaras. Máscaras de papel e tinta para nos libertar da tirania da máscara colada em nosso rosto. Ponho a máscara de papel e tinta sobre a máscara de carne e ninguém fica sabendo quem sou. Fico desconhecido, sem nome. Estou livre do público. Posso deixar que o meu eu verdadeiro saia.

Mas as máscaras de papel e tinta padecem de grave limitação. Chega sempre a hora em que elas têm de ser tiradas. Sobre isso se escreveu um conto, não me recordo o autor. Marido e mulher procuravam conventos onde ficar a salvo das tentações do carnaval. Representavam fielmente o papel que estava escrito nas máscaras coladas sobre os seus rostos. Mas dentro de suas malas, os seus “eus” verdadeiros haviam colocado secretamente máscaras de papel e tinta: escondidos atrás delas, eles seriam livres, pelo menos durante os curtos dias de carnaval. As despedidas de marido e mulher nem bem haviam terminado



Vanda Freitas

e já as mãos procuravam as máscaras. Adeus, conventos! Três dias com máscaras de papel e tinta, três dias livres das imposições das máscaras de carne: três dias sem nome, três dias de liberdade. Marido e mulher, escondidos atrás de máscaras, descobriram parceiros maravilhosos com quem dançaram, brincaram e tiveram prazeres nunca tidos um com o outro. Mas, finalmente, a hora de se tirarem as máscaras, marido e mulher se descobrem um nos braços do outro...

Carnaval é usar máscaras para tirar a máscara. Trata-se de um artifício complicado, que só se usa diante daqueles que é preciso enganar para ser livre.

Mas não será possível simplesmente tirar a máscara de carne e osso e sermos nós mesmos, sem nenhum disfarce? É essa busca que se encontra descrita num dos poemas de Alberto Caeiro. "Procuro despir-me do que aprendi,/ procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,/ e raspar a tinta com que me pintaram os sentidos, desencaixotar minhas emoções verdadeiras e ser eu, não Alberto Caeiro..."

Alberto Caeiro é máscara, um nome, criatura do público, um impostor que se alojou no lugar do seu nome, ser ele mesmo, um ser que ninguém conhecia...

O que é que se vê quando se tira máscara? Quem responde é Álvaro Campos. "Depus a máscara e vi-me no espelho./ Era a criança de há quantos anos./ Não tinha mudado nada.../ Essa é a vantagem de saber tirar a máscara./ É-se sempre criança..."

A criança sempre horroriza o público. A criança ainda não aprendeu o papel, não usa máscaras, não participa da farsa, não representa. Seu rosto e o seu eu são a mesma coisa. A qualquer momento a verdade de que não devia ser dita pode ser dita pela sua boca.

As máscaras de carnaval podem ser colocadas e tiradas pela própria pessoa. Mas a máscara colada no nosso rosto só pode ser retirada por uma outra pessoa. Ela só se desprega da nossa pele quando tocada pelo toque do amor. E assim sabemos que estamos amando: quando, diante daquela pessoa, a máscara cai e voltamos a ser crianças.

PARA SOBREVIVER EM TEMPOS DE ABSURDO

Elsa Tamez

Eclesiastes é um livro surpreendente. Difícil de ler porque não atende às nossas expectativas. Leitores, em geral, querem diretrizes claras, porém Eclesiastes escapa das mãos como um peixe e deixa a quem o tenta pegar com a água escorrendo por entre os dedos. É, porém, um livro fascinante quando, a partir de uma realidade de incertezas, se busca alguma sabedoria que ensine a viver em meio ao absurdo.

Eclesiastes é um livro contestatório. Chama de ilusão o tempo presente (1.2) e adverte os leitores do século III a.C. para que não se deixem iludir ante o *boom* tecnológico, comercial, financeiro, militar e filosófico. Os estudiosos de economia da antigüidade dizem que naquele período se vivia uma experiência de novidade jamais vista na História. Vai o Autor e declara: “Nada há de novo debaixo do sol” (1.9).

Vive-se atualmente um tempo apressado que se diz novo. Tecnologia e eficácia marcam o ritmo da vida. E os centros comerciais são o encantamento de muitos e muitas. Enquanto isso, assim como no tempo do Eclesiastes, podemos dizer: “Então olhei de novo para toda a injustiça que existe neste mundo. Vi muitos sendo explorados e maltratados. Eles choravam, mas ninguém os ajudava. Ninguém os ajudava porque os seus perseguidores tinham o poder do seu lado” (4.1). Também poderíamos dizer: “Não fique admirado quando você notar em algum lugar o governo fazendo injustiças, perseguindo os pobres e negando os direitos deles.

Pois cada autoridade é protegida pela que está acima dela, e as duas são acoberadas pelas autoridades superiores” (5.8).

Como viver em situações difíceis nas quais o futuro é tão incerto? Para o Autor, o presente é vaidade e o passado ficou esquecido (1.11). Noutras palavras nós nos podemos perguntar: Que conselhos Eclesiastes nos dá para vivermos sabiamente no meio do absurdo?

Lendo o texto com uma lente de aumento encontrei alguns pontos a ressaltar. Digo “com lente de aumento” porque o refrão “tudo é ilusão” é insistente. Assim começa e conclui seu discurso (1.2; 12.8). Vários conselhos são oferecidos a partir de provérbios populares, outros se mostram por meio de estribilhos e pelo sentido geral do próprio texto. Quero apontar alguns.

RECONHECER QUE TUDO TEM SEU TEMPO E SUA HORA

Numa situação como a nossa, crer que há um tempo e uma hora para cada coisa é importante. Uma das perguntas angustiantes que constantemente se faz é ‘que não encontra resposta é sobre o futuro’. Afirmar que tudo tem o seu tempo e sua hora ajuda a pensar nas possibilidades de saída numa situação de horizontes opacos. Não se deve ler o formoso poema do terceiro capítulo (3.1-8) com atitude de resignação, antes com uma atitude de fé e de esperança de que a situação mudará algum dia, porque tudo tem o seu tempo e a sua hora. Saber que Deus de alguma forma misteriosa controla



a História ajuda a caminhar com mais segurança por entre o absurdo.

Em Eclesiastes 3.17 está registrado: “Então pensei assim: ‘Deus julgará tanto os bons como os maus porque tudo o que se passa neste mundo, tudo o que a gente faz, acontece na hora que tem de acontecer’”.

RECONHECER AS NOSSAS LIMITAÇÕES COMO SERES HUMANOS

Freqüentemente, em situações de sobrevivência, queremos fazer tudo, transformar tudo. Isso, às vezes, não é possível. Cria-se então uma profun-

mesmos como humanos. Temer a Deus é reconhecer a nossa condição humana, nossas limitações. Se conseguirmos tal reconhecimento adquirimos a confiança em nós mesmos e em Deus e podemos realizar mais do que aquilo que nos propusemos. Por isso, em última instância, “temor de Deus” significa “não tenhas medo”, ou seja, não te deixes esmagar pelo presente.

aconselha que afirmemos a vida concreta das pessoas no seu dia-a-dia. Nesse conselho, as pessoas são importantes e devem afirmar-se ante a maquinaria desumanizante. Isso é viver com dignidade em meio ao absurdo, é viver a graça de Deus no meio da exigência das normas da sociedade meritocrática. Porque temos que ver a vida como um dom de Deus e desfrutá-la o mais que pudermos.

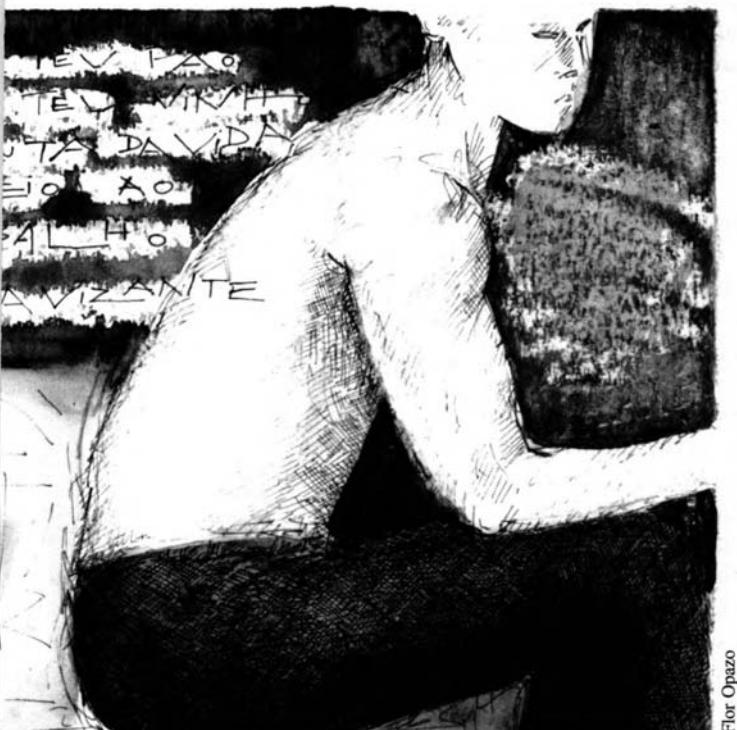
“AQUELE QUE MUITO ABARCA POUCO APERTA” — UM DITO POPULAR

Eclesiastes afirma: “Mas é melhor ter pouco numa das mãos, com paz de espírito, do que estar sempre com as duas mãos cheias de trabalho, tentando pegar o vento” (4.6). O Autor do Eclesiastes é um crítico das riquezas. Segundo ele, as riquezas desumanizam. No capítulo 4.8, escreve: “...é o homem viver sozinho, sem amigos, sem filhos, sem irmãos sempre trabalhando e nunca satisfeito com a riqueza que tem. Para que é que ele trabalha tanto, deixando de aproveitar as coisas boas de vida? Isso também é ilusão, é uma triste maneira de viver.”

Ser feliz é mais importante do que possuir riquezas. Eclesiastes é drástico; afirma: “Que adianta um homem viver muitos anos e ter cem filhos se não aproveitar as coisas boas da vida e não tiver enterro decente? Eu digo que uma criança que nasce morta tem mais sorte do que ele” (6.3). Tal pessoa possui as grandes bênçãos de Deus, segundo a tradição hebraica, uma grande descendência e uma longa vida. O Autor, porém, relativiza essas bênçãos, quando não se é capaz de gozar a vida.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Eclesiastes aconselha não andar sozinho. A companhia é importante não só pela solidariedade, mas porque, com mais eficácia, se faz frente à luta pela sobrevivência. “É melhor haver dois do que um porque duas pessoas trabalhando juntas podem ganhar muito mais. Se uma delas cai, a outra a ajuda a se levantar. Mas, se alguém



Flor Opazo

da frustração paralisante. A fim de não cairmos nessa frustração total precisamos reconhecer que não somos deuses. O autor é explícito ao afirmar que os seres humanos são seres humanos e Deus é Deus. “Pense bem antes de falar e não faça a Deus nenhuma promessa apressada. Deus está no céu, e você, aqui na terra; portanto, fale pouco”. Aconselha (5.7) temer a Deus. O temor de Deus é importantíssimo, é o “princípio da sabedoria” segundo o livro dos Provérbios. Em Eclesiastes o temor de Deus não significa ter medo de Deus, mas nos vermos nós

AFIRMAR A VIDA CONCRETA A PARTIR DO COTIDIANO, AQUI E AGORA

Seis vezes o Autor repete um estribilho afirmando a vida concreta: Come teu pão, bebe teu vinho, desfrutá da vida em meio ao trabalho escravizante (2.24; 3.13; 3.22; 5.18; 9.7; 9.9-11). Com esses conselhos que se repetem, o Autor está propondo vivermos um ritmo de vida diverso do ritmo exigente e despersonalizador da nossa sociedade econômica atual. A esta nossa sociedade não interessam os sujeitos e sim os produtos, a rentabilidade e a eficácia. Eclesiastes nos

está sozinho e cai, fica em má situação porque não tem ninguém que o ajude a se levantar. Se faz frio, dois podem dormir juntos e se esquentar; mas um sozinho, como é que vai se esquentar? Dois homens podem resistir a um ataque que derrotaria um se estivesse sozinho. Uma corda de três cordões é difícil de rebentar" (4.9-12).

O conselho é suficientemente claro. Numa sociedade em que a política é "salve-se quem puder" temos que nos unir solidariamente.

SABER DISCERNIR OS MOMENTOS OPORTUNOS

Eclesiastes aconselha repetidamente que se busque a sabedoria. Diz que a sabedoria é melhor do que a força e que é mais forte do que dez poderosos da cidade (7.19). No capítulo 7.14 adverte que se se tem um dia bonito, então que se aproveite; e se se tem um mau dia, então se medite. Diríamos hoje: "Ao mau tempo uma boa cara."

São conselhos para a vida diária e que ajudam a sobreviver. Há muitos ditos populares que estão cheios de sabedoria. Na nossa cultura popular há um provérbio assim: "Deus ajuda a quem cedo madruga". Há, porém, outro ditado que afirma: "Não é pelo muito madrugar que amanhece mais cedo". Ou seja: algumas vezes, por mais que se façam as coisas, não se obtêm os resultados esperados, porque "não se podem pedir pêras ao olmo". Também é conhecido o dita-

do: "Camarão que dorme, a corrente o leva". Tais provérbios parecem contradizer-se. Sem dúvida eles refletem a complexidade da vida. O que eles tentam passar-nos é a importância de discernir como se deve agir em cada momento. Diríamos que o fundamental é saber quando madrugar e quando não madrugar. Se alguém não madruga quando deve madrugar acontece com ele o que acontece ao camarão: a correnteza o leva.

"O PREVENIDO VALE POR DOIS"

Isso é o que afirma um de nossos ditados populares. O Autor do Eclesiastes também aconselha isso: "Por isso não seja bom demais nem sábio demais; por que você iria se destruir? Mas também não seja mau demais nem tolo demais; por que você iria morrer antes do tempo? Evite tanto uma coisa como a outra. Se você temer a Deus, terá sucesso em tudo". O que ele quer dizer é que, em situações de repressão e do "salve-se quem puder", deve-se ser muito perspicaz, sábio, prudente, moderado; do contrário qualquer ação irrefletida pode levar à destruição. Se, como afirma em vários versículos, "muitas vezes os bons são castigados,... e os maus são premiados" na sociedade em que vivem (8.14), é coerente que aconselhe que não seja demasiado ingênuo. Nós dizemos que não se deve ser nem muito muito, nem tão tão.

Em 10.20 aconselha a ter muito

cuidado quando se falar das autoridades e dos poderosos: "Não critique o governo nem mesmo em pensamento e não critique o homem rico nem mesmo dentro do seu próprio quarto, pois um passarinho poderia ir contar a eles o que você disse". Nós costumamos dizer que as paredes têm ouvidos.

Definitivamente, para Eclesiastes, há momentos em que não se pode conspirar. Sabemos, no entanto, há momentos quando se pode: cem anos mais tarde, segundo a História, os macabeus conspiraram contra os gregos.

EM SITUAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA HÁ QUE ESTAR ALERTA

O Autor escreve, por exemplo: "Sempre de manhã e também de tarde porque você não sabe se todas as sementes crescerão bem, nem se uma crescerá melhor do que a outra" (11.6). Isso significa que se pode desfrutar da vida, porém, ao mesmo tempo, é preciso estar muito atento, muito vivo, porque não se sabe o que vai acontecer. Trata-se da pura sabedoria popular, assim como age e sobrevive inteligentemente o nosso povo.

O Autor termina seu livro com um belo poema (12.1-7) sobre a velhice irremediável e, posteriormente, a morte. Não é preciso temer a morte. O temor prematuro e sem fundamento não permite gozar bem a vida. O poema nos leva a pensar na importância de saber acolher e viver o dom da vida, embora no meio de uma sociedade de vaidade; e isso antes de morrer. Porque a morte alcança a todos e a todas igualmente, ricos e pobres, sábios e ignorantes, animais e pessoas. A morte, segundo o texto do Eclesiastes, é eterna e, por isso mesmo, devemos viver a vida como se fosse eterna. Não permitamos que a morte se antecipe. Tudo tem seu tempo e sua hora, há tempo de viver e tempo de morrer.

NOVO LIVRO DE RUBEM ALVES A FESTA DE MARIA

"O mundo de fora é um mercado onde pássaros engaiolados são vendidos e comprados. As pessoas pensam que, se comprarem o pássaro certo, terão alegria. Mas pássaros engaiolados por mais belos que sejam, não podem dar alegria. Na alma não há gaiolas."

Editoras: Papirus, Campinas
Speculum, Campinas. 1996

Pedidos: (019) 241 1459



Elsa Tamez é biblista metodista e diretora do Seminário Bíblico Latinoamericano, São José, Costa Rica. Texto extraído da revista *Signos de Vida*, do CLAI. Tradução: Carlos Cunha.

ENTRE LAMA E ESPERANÇA

UMA RELEITURA DE 1 PEDRO 1.3-12

Gabriel Cornelli

Chove muito, faz frio. As ruas da favela estão cheias de lama. No rádio o locutor se queixando por mais um fim de semana de chuva — que droga para os que têm casa no Guarujá! Mas para o moradores do Jardim América, do Jardim das Gaiotas, Cantinho do Céu (zona sul de São Paulo), nordestinos que deixaram as secas e o sol de sua terra, o fim de semana tem o cheiro da lama misturada com o esgoto não canalizado. Mais um domingo de chuva, de frio.

Dez horas da manhã: a comunidade, apesar da chuva, comparece: o pequeno salão comunitário, que funciona como jardim de infância de segunda a sexta e no fim de semana como lugar para as diversas pastorais da Igreja, na manhã do domingo é o lugar da celebração da comunidade. “Dona” Margarida, econôma da comunidade eclesial de base, eleita para isso pelo Conselho, fecha os números do mês para poder dar a prestação de contas das entradas e das saídas. Pouca coisa: as quermesses das festas juninas foram boas, mas não entrou muito dinheiro: o povo é pobre, muitos acabam de chegar em São Paulo vindos do Nordeste, com uma mala de roupa e a outra de esperança. “Seu” Heleno, que coordena a creche comunitária, conversa com umas mães: tem sempre mais crianças do que vagas, mas é difícil dizer não para gente que está



William Seewald

passando as mesmas dificuldades que ele já passou quando saiu da Bahia, com mulher e dois filhos.

Margarete, uma jovem mulher alagoana, presidente da comunidade, faz um sinal ao coral das crianças para que puxe o canto de entrada. E continua entrando gente, se apertando para que todo mundo possa caber e ninguém fique de fora, pelo menos no domingo, pelo menos na Igreja. São muitos jovens, uns sozinhos, uns com crianças, às vezes famílias inteiras, trazendo junto até o cachorro. Rostos queimados por outro sol, que a garoa ainda não conseguiu mudar.

A celebração começa, e depois das leituras "Dona" Ana, ministra da comunidade, toma a palavra:

Gente, que bom que estamos aqui juntos mais uma vez, reunidos em nome de Deus, ele seja louvado! Vamos todos levantar as mãos e cantar juntos: "Deus seja louvado, o Pai de nosso Senhor Jesus". Todos juntos! "Deus seja louvado, o Pai de nosso Senhor Jesus".

É isso aí, gente! Pois a nossa vida é tão dura às vezes, não é mesmo? E se não estivesse aí o Senhor para nos dar uma força, para nos tirar da lama, para nos dar um pouco de esperança. Deus é um pai tão misericordioso, que às vezes até parece (quase) uma mãe: até foi ressuscitar o seu filho de tanto que o amava. Mas nós também somos seus filhos; é isso mesmo, "seu" Cícero: o senhor já está muito velho, e deve ter até netos, mas é filho de Deus o senhor também, sabia?

Me fale aqui, "seu" Cícero, o senhor trabalhou duro a vida inteira, não é? E o que é que agora possui, qual que é a sua propriedade: não tem papéis no cartório nem do barraco onde mora com a sua mulher e os seus filhos, não é? Falo do senhor, porque o senhor é muito conhecido

aqui na comunidade. Mas isso vale para todo mundo, não é? A gente sabe o porquê: sabemos muito bem quanto custa a vida e que o salário que a gente recebe... é só milagre que faz aparecer pelo menos arroz e feijão todos os dias... Sabemos quanto pouco a gente pode dar e o que é que poderá deixar para os nossos filhos...

Mas Deus não se esqueceu da gente: e as suas promessas, aquelas mesmas que muita gente no passado foi tentar entender, o que falavam os profetas, o que depois o mesmo Jesus falou,... Bem! tudo isso tem um fiador seguro: é o mesmo Deus que vai cumprir o que prometeu. Ele é nosso pai, não é? Bem, então ele vai nos dar o que precisamos, como em herança. E não queremos muita coisa: uma casa, um trabalho fixo, a escola para as crianças, um posto de saúde, a canalização do esgoto. Numa palavra: as condições para sermos gente. Pois nordestino, pobre, favelado também é gente, é cidadão. Mas Deus, como um bom pai, não dá as coisas de mão beijada para os seus filhos: eles têm que lutar, aprender a viver — como se diz. Assim a gente: nós colocamos os braços e Deus vai nos dar a força. E a força de Deus é que o povo esteja unido e lute pelo que é dele. Como o mutirão que ontem os jovens fizeram para ajudar a "dona" Marta, que tinha o teto do barraco caído... e chovia muito! Deus estava aí, com eles, embaixo de chuva, molhado da cabeça aos pés, ele também, conservando o teto da "dona" Marta.

Por isso, minha gente, não cedei, não vos entreguei antes ainda de ter lutado, não ficai resignados e tristes... eu sei, está difícil para todo mundo, mas o que a gente está passando agora vai nos tornar mais fortes para o futuro, como se passa o ouro no fogo para ver se é ouro mes-

mo: e a gente é gente mesmo, e vale mais que todo o ouro do mundo. Mas precisamos ter fé, muita fé: e a gente sabe muito bem quanta, para agüentar esta vida, não é? Bom, podemos pedi-la a Jesus, que ele sabe que a gente precisa de esperança: ele também precisou de pedi-la, e muita, ao seu Pai, a Deus, quando sofreu na sua paixão. Jesus sabe o que a gente está passando, não é?

Então, alegres! E cantemos a nossa esperança, que o dia de amanhã é do nosso Deus. Glória a ele!

E todo mundo, até as crianças, até a "dona" Maria que anda com duas bengalas, se levantou e começou a cantar, olhando para o céu, pois era domingo, já era um outro dia: "Irá a chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar...e neste dia os oprimidos numa só voz a liberdade irão cantar!".

Engraçado! Sinto a necessidade de me explicar, pelo que eu fiz com esse trecho da Bíblia. Quase tenho de me justificar por isso, como se os "doutores" dos vários templos estivessem aí balançando a cabeça e de novo circuncidando com as suas facas seguras mais um trecho de Palavra de Deus, mais uma vez.

Tentei brincar com o texto, fazendo uma leitura que alguém poderia considerar "politicamente não-correcta"; mas a partir daqui, a partir do nosso ponto de vista — acredito — a minha "brincadeira" foi, pelo menos hermeneuticamente, correta, "... pois deles é o reino dos céus".

Gabriel Cornelli, católico, é mestrandor em Bíblia no Instituto Ecumênico de Ciências da Religião de São Bernardo do Campo (SP).

PARA ENTENDER O BRASIL HOJE

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

História da Sociedade Brasileira. Chico Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro. Editora Ao Livro Técnico (tel.: 021-580-9955)

A revolução nas prioridades – Da modernidade técnica à modernidade ética. Cristovam Buarque. Ed. Paz e Terra (011-223-6522)

A questão fundiária no Brasil. João Pedro Stédile, Ed. Atual (011-572-3222)

MST – Formação e territorialização. Bernardo Mançano Fernandes. Hucitec (011-530-5938)

O vôo da coruja – Uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. José Luís Fiori. Eduerj (021-587-7650)

Em busca do dissenso perdido – Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. José Luís Fiori. Insight Editorial (021-532-0584)

Brasil – reinventar o futuro. César Benjamin e Tânia Bacelar de Araújo. Ed. do Sindicato dos Engenheiros

no Estado do Rio de Janeiro (021-532-1398)

O Brasil do Real. Francisco de Oliveira, Sulamis Dain, Marta Skinner, Reinaldo Gonçalves, Luis Pinguelli Rosa, Emir Sader. Ed. Brasiliense (011-258-7344)

O anjo torto – Esquerda (e direita) no Brasil. Emir Sader. Ed. Brasiliense (011-258-7344)

A transição no Brasil – Da ditadura à democracia? Emir Sader. Ed. Atual (021-572-3222)

NÃO FIQUE SÓ NESTA LEITURA!

Quem assina TEMPO E PRESENÇA não só apóia uma publicação que apresenta análises dos mais relevantes temas da vida nacional e internacional sob os mais variados pontos de vista, como também faz parte de uma comunidade de leitores que acreditam, se comprometem e lutam pela construção de uma realidade nova, democrática e plural.

Não fique de fora! Apóie o trabalho de TEMPO E PRESENÇA e integre sua comunidade de leitores.

FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA ANUAL por apenas R\$18,00. Caso queira tornar-se assinante de apoio, envie-nos R\$ 25,00. Para o exterior; a assinatura custa US\$50,00.

Remeta cheque nominal, recibo de vale postal ou recibo de depósito na conta Bradesco 15245-5 Agência 1745-0, para:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. (021) 224-6713 Fax: (021) 221-3016



EXPOSIÇÃO DE MUSEU AGRIDE CULTURA NEGRA NA BAHIA

Um monumento ao racismo na Bahia. Assim deve-se considerar o Museu Estácio de Lima, instalado em Salvador — Av. Centenário, Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues — e subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

O que se pretende ensinar às crianças e à juventude das várias escolas que freqüentam aquele museu? O desavisado visitante verá numa mesma exposição: máscaras mortuárias de criminosos decapitados, armas de fogo e outros instrumentos de homicídio, baralhos viciados, dados falsos, drogas diversas, testículos de bandidos, fetos deformados, cabeças decepadas... E belas criações de arte sacra negra.

Basta esta referência sumária para tornar evidente que a exposição veicula um discurso racista e perverso. Afinal quem admite em sã consciência colocar lado a lado, como se fossem equiparáveis de fato: testemunhos de aberrações naturais, objetos do que pode se chamar de "aberração social" e instrumentos de um culto religioso que corresponde à profissão de fé de milhões de baianos e brasileiros? Somente uma mentalidade preconceituosa e cruel, que trata aquele culto como se fosse também uma aberração.

Indignação é o mínimo que se sente de tal exposição! Para entender os sentimentos do Povo de Santo e o que significam pedras de Xangô, vestes de Obaluaiê, atabaques consagrados e outros objetos convivendo com aquelas aberrações, basta um esforço de solidariedade. Seria possível aceitar a Bíblia exposta em folhas soltas de papel com sua mensagem ao lado de papelotes de cocaína? Ou então uma hóstia consagrada ou um cálice da Santa Ceia na mesma exposição onde se vêem seres deformados e todo um arsenal de narcotraficantes?

É PRECISO CESSAR IMEDIATAMENTE ESSA EXPOSIÇÃO!

A agressão ao Povo de Santo recolhida naquele museu foi também o resultado de outra violência, décadas atrás, quando a Polícia perseguia, batia e se apropriava dos objetos de culto como prova de "delito".

É NECESSÁRIO QUE A SOCIEDADE BAIANA, EM ATO DE PENITÊNCIA, DEVOLVA OS BENS SAGRADOS AOS TERREIROS, CASAS E TEMPLOS EXPROPRIADOS!

ENVIE UM TELEGRAMA POR ESSA CAUSA: "Exmo. Sr. Governador Paulo Souto
cesse imediatamente a exposição do MUSEU ESTÁCIO DE LIMA e devolva os objetos
expropriados ao POVO DE SANTO".

[Gabinete do Governador — Av. Luiz Viana Filho 100, Centro Administrativo da
Bahia CEP 41750-300 Salvador/BA]